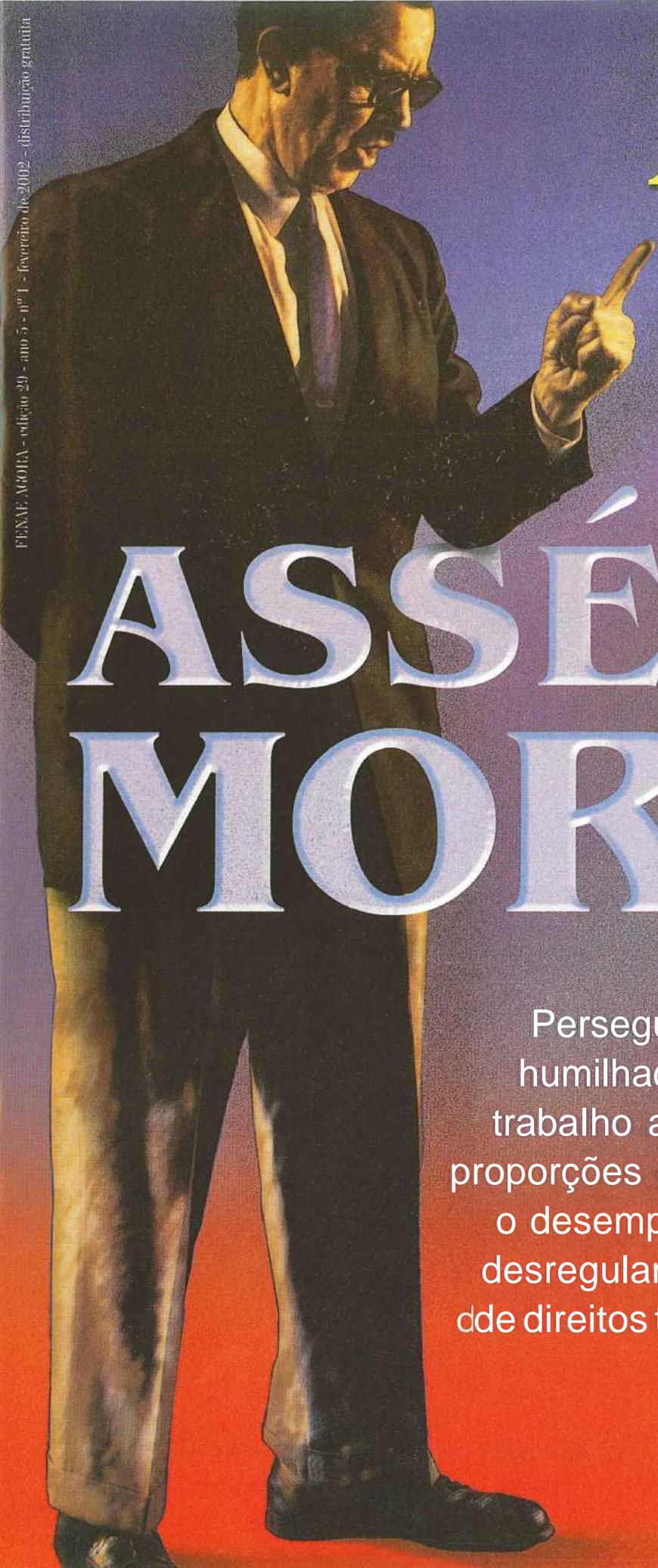


# ASSÉDIO MORAL

Perseguição e humilhações no trabalho assumem proporções graves com o desemprego e a desregulamentação de direitos trabalhistas





*Entramos no século 21*

*Começo de uma nova era*

*Onde os valores femininos vão predominar*

*Teremos mais solidariedade*

*Mais tolerância*

*Mais amor e menos guerra*

*A Fênax torce para que tudo isso se concretize.*

*Que a mulher participe, de fato, da condução*

*dos mais altos destinos da humanidade,*

*trazendo para todos nós um longo período de paz.*

**8 de março - Dia Internacional da Mulher**



**Capa:**  
Assédio moral: perseguição e humilhações no trabalho  
Pag. 14



**Eleições:**  
A cidadania vai às urnas em outubro de 2002. Estratégias são montadas  
Pág. 8



**Esporte:**  
Cavalgar é uma nova mania de quem mora nas áreas rurais próximas às grandes cidades  
Pág. 34



**Fundo de pensão:**  
O futuro da Funcef e de seus associados está em jogo  
pág. 24

7 Jânio de Freitas destaca o grande silêncio em que se tornou a disputa eleitoral no país

13 Fernando Nogueira denuncia círculo vicioso da ciranda financeira estimulada pelo governo

22 Cresce o déficit habitacional nos sete anos do governo FHC

27 O Brasil mergulado na violência: 40 mil brasileiros assassinados por ano

30 Entra em cartaz um novo e respeitado cinema nacional

36 O perigo das pilhas e baterias usadas no lixo nosso de cada dia



**Balanco da Fena:**  
Cresce resistência contra desmonte da Caixa  
Pág. 70

**Diretoria executiva**

Presidente:  
**Carlos Borges**  
Vice-Presidente:  
**José Carlos Alonso**  
diretor Financeiro:  
**Pedro Eugênio Leite**  
Diretor de Relações no Trabalho:  
**Antônio Bráulio de Carvalho**  
Diretor Administrativo:  
**Vaumik Ribeiro da Silva**  
Diretor de Esportes:  
**Jorge Peixoto de Mattos**  
Diretora Cultural:  
**Aparecida Diniz**  
Diretora Primeira Suplente:  
**Erika Kokay**  
Diretor Emérito:  
**Orlando César**

**Conselho Fiscal:**

**Ozair Cataldi**  
**Bernadete de Aquino**  
**Francisca de Assis da Silva**

**Suplentes:**

**Francisco Astrogildo Cruz**  
**José Marcos de Almeida Costa**

**Conselho Deliberativo Nacional:**

Presidente:  
**Valmir Gongora**  
Vice-Presidente:  
**Antônio Carlos de Oliveira**  
Secretário:  
**Marcos Aurélio Saraiva**

**Edição e redação:**

**Antônio José Reis,**  
**Evandro Peixoto e Márcia Lage**

**Colaboradores:**

**Jânio de Freitas, Tárík de Sousa e**  
**Fernando Nogueira da Costa**

**Designer e Ilustração:**

**Lisarb Sena de Mello**

**Impressão:**

**Bangraf**

**Tiragem desta edição 75 mil exemplares**

*Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.*

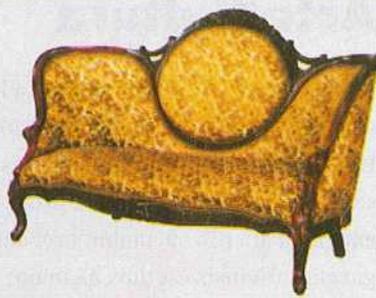
**Distribuição gratuita**

# Presas fáceis

**U**ma recente pesquisa de âmbito nacional revela que mais de 30% dos trabalhadores se incluem entre as vítimas de humilhações no trabalho. Sob a ameaça da perda do emprego, são submetidos a situações constrangedoras, destratados e desrespeitados profissionalmente. Muitos acabam perdendo a resistência física e psicológica e acumulam problemas de saúde, passam a apresentar baixa auto-estima e perdem até mesmo a vontade de viver. As perseguições e os maus tratos, caracterizados como assédio moral, não são um fenômeno novo. São tão antigos quanto o próprio trabalho, dizem os especialistas. Mas, com a guerra globalizada pelo lucro fácil e com o "desabrochar do individualismo", cresce a preocupação com o problema. As duas primeiras décadas deste século/milênio já estão sendo tratadas de as "décadas do mal da globalização".

As pesquisas feitas no Brasil colocam os bancários como presas fáceis do assédio moral. No Banespa/Santander, o autoritarismo afeta 42% dos funcionários. Na Caixa, a realidade mostra-se igualmente insuportável. Para a Fenae, a angústia e o sofri-

mento devem ser combatidos na fonte, o que pressupõe um enfrentamento sem trégua aos modelos de gestão derivados das políticas neoliberais, cuja essência está na degradação deliberada das condições de trabalho e na precarização dos direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo que são agredidos em atividade, os trabalhadores vêm também seus direitos previdenciários serem ameaçados. O governo tenta a todo custo impor mudanças nas entidades de previdência complementar, colocando em risco o patrimônio dos participantes, o que implica em insegurança quanto à garantia dos benefícios. Na Funcef (fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal), está sendo forçada a migração dos associados para um novo plano de benefícios, com o objetivo de fazer valer os interesses da patrocinadora, a Caixa. O movimento dos empregados da empresa insurge-se contra os ataques à Funcef e tem na Fenae e nas entidades sindicais e associativas a base de sustentação para a resistência. Além do combate à imposição do novo plano de benefícios, os trabalhadores exigem transparência e democratização da gestão do fundo.



## Mãos à obra

O site [www.tecto.com.br](http://www.tecto.com.br) tem tudo que uma pessoa precisa quando vai construir, reformar ou decorar a casa. Ágil, inteligente e de fácil navegação, ele traz informações sobre materiais de construção, profissionais, projetos, compras, showroom, notícias sobre feiras e eventos e mais, muito mais: Idéias para banheiros, salas de estar, copas, cozinhas, home theater, escritórios, tudo com fotos de projetos assinados

pelos maiores nomes da arquitetura contemporânea brasileira; endereços de profissionais e dos grandes fabricantes, com possibilidade de compra direta e busca por nomes. Na parte de "artesanato" há o mapa da produção brasileira, região por região. Clicando nos estados encontram-se informações por material (tecido, metal, madeira etc.) e nome, endereço e telefone dos principais artesãos. Uma maravilha.



## Cempre

Assim mesmo, com c - é a sigla de Compromisso Empresarial para Reciclagem. O site reúne empresas como Cia. Suzano de Papel e Celulose, Coca-Cola, Danone, Fleishmann Royal, Natura, Nestlé, Paraibuna Embalagens e mais umas 10 outras, cujo objetivo é reduzir a produção de lixo. A organização oferece cursos sobre Seleção e reciclagem de lixo, pesquisas técnicas, promove seminários e premia, anualmente, experiências bem sucedidas de prefeituras ou comunidades. Para conhecer mais sobre o site acesse [www.cempre.org.br](http://www.cempre.org.br)



## Akatu

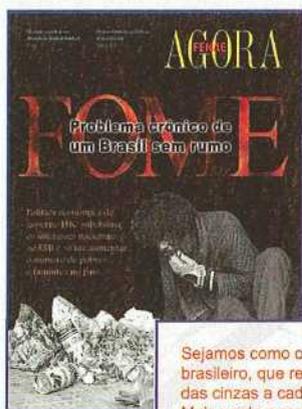
O Instituto Akatu foi fundado em 15 de março de 2001, dia mundial do consumidor. Akatu é uma palavra tupi que significa "semente boa". O objetivo do site é fazer do ato de consumo uma ação de cidadania. Ele segue a linha do Greenpeace, organização internacional que prega o boicote aos produtos de empresas que não têm compromisso com o meio ambiente. Mas não é agressivo. Tem testes sobre o nível de conscientização do consumidor, ampla informação sobre projetos que estão dando bons resultados, biblioteca, leis e matérias jornalísticas. O acesso é [www.akatu.com.br](http://www.akatu.com.br)

## A última arca de Noé

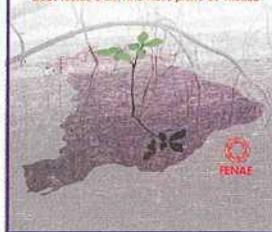
Este site ecológico é interessantíssimo, pois não pertence a uma Organização não Governamental (Ong) nem a nenhuma instituição nacional ou estrangeira. O [www.ultimaarcadenoe.com](http://www.ultimaarcadenoe.com) foi criado pelo juiz de direito paulista Antônio Silveira Ribeiro dos Santos e tem um precioso acervo de informações sobre legislação referente ao tema. Mas além disso o site tem também artigos, fotos de santuários ecológicos, notícias sobre pesca esportiva, mananciais, manguesais, meio ambiente urbano, meio ambiente de trabalho, zoológicos, unidades de conservação, enfim, tudo o que se quer saber sobre o assunto. As consultas são inteiramente gratuitas e o material pode ser copiado. Bom para ecologistas, ambientalistas, urbanistas, legisladores, advogados ou amantes do turismo ecológico.

O [www.ultimaarcadenoe.com.br](http://www.ultimaarcadenoe.com.br) é atualizado permanentemente e no momento está sendo internacionalizado. Guarde o endereço entre os seus "favoritos".





Sejamos como o Cerrado brasileiro, que renasce das cinzas a cada incêndio. Mais verde e mais resistente.  
Bons festejos e um Ano Novo pleno de vitórias



## Discordância

Discordo da mensagem descrita na segunda capa veiculada na edição 28 da FENAE AGORA- dezembro/2001, onde se lê: "Sejamos como o cerrado brasileiro, que renasce das cinzas a cada incêndio. Mais verde e mais resistente". Na verdade, o cerrado brasileiro está sendo destruído para jamais renascer. Basta ver o caso do cerrado no Piauí, onde empresários mancomunados com as elites políticas conservadoras devastam imensas áreas de forma indiscriminada e criminosas, com o objetivo de 'beneficiar' seus discutíveis projetos agrícolas.

O assoreamento do rio Parnaíba e a sua conseqüente inundação durante o período das chuvas das cidades que o margeiam resultam do extermínio do cerrado piauiense.

Aníbal Bezerra  
Teresina (PI)

## Arte/Cultura

Estou aposentado da Caixa há dois anos, por doença neuromuscular. E até hoje continuo fazendo exames, sem descobrir a causa do distúrbio. No entanto, para não sucumbir, tirei das gavetas originais escritos há muito tempo. E com custeio próprio editei a segunda edição do livro "Companheiro de viagem", pela Papel & Virtual Editora - <http://www.papelvirtual.com.br>, categoria romance, ao custo de R\$ 10,90 a versão impressa e de R\$ 5,45 a versão digital. Ao comprar o livro, o leitor estará contribuindo para que uma criança excepcional tenha melhor tratamento, pois metade dos direitos autorais será destinada à Apae e a AACD. E a outra, ao custeio da obra.

José Guimarães  
Pouso Alegre (MG)



## Internet

Admiro muito as dicas da revista FENAE AGORA sobre visitas a sites na internet, são belíssimas e somam cultura. O site construído por mim existe há mais de seis meses e já ficou entre os dez melhores do país (concurso Top Brasil). Meu site já foi visitado por mais de 1.500 pessoas: [www.robemensagens.cjb.net](http://www.robemensagens.cjb.net). Sou empregado da Caixa há 12 anos.

Roberto Martim Fassbinder  
Gramado (RS)

## Solidariedade

Sirvo-me da presente para manifestar irrestrita solidariedade ao 'meu companheiro de infortúnio', o aposentado Renato Werner Giergowicz, cujo desabafo - inserido na edição de dezembro/2001 - demonstra claramente o desprezo da Caixa e da Funcef com relação ao pessoal da ativa e aos aposentados.

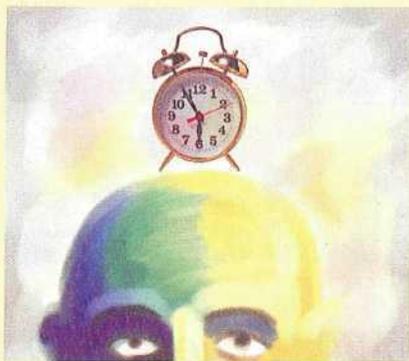
Também, em situação análoga, me foi negado um empréstimo sob consignação que solicitei para livrar-me das taxas escorchantes do cheque especial. Mais revoltante ainda é a circunstância de inexistir em meu cadastro qualquer restrição decorrente de inadimplência. A exemplo do 'onisciente Siric' mencionado no candente desabafo, 'sua excelência' o sistema vetou a operação por mim pleiteada. É o caso típico da criatura que se volta contra o criador, uma vez que, sem falsa modéstia, contribuí com meu trabalho, ao lado de uma geração de abnegados, para a criação das bases que vieram alicerçar a construção de um banco moderno e competitivo, dotado de todos os 'sistemas' que passaram a proferir decisões sem o concurso de diretores ou gerentes.

Tudo isto é fruto da nefasta 'era FHC que, com a estúpida conivência da mídia, vem nos impondo uma ditadura financeira, em muitos aspectos mais cruel do que aquela do regime militar. Vivemos hoje sob o tacão dos dirigentes econômicos, cuja bandeira tem o cifrão como insígnia. Ordem e progresso são lemas superados.

Não poderia deixar de registrar os louvores à revista FENAE AGORA, que vem demonstrando a condição de baluarte na defesa dos nossos legítimos interesses.

Guilherme Augusto do Amaral  
São Paulo (SP)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).



# O grande silêncio eleitoral

■ Jânio de Freitas

Um dos contrastes mais absurdos da meia democracia entra agora, com as eleições, mais uma vez em plena evidência. O predomínio confortável e forte das conveniências conservadoras difundiu, entre nós, a idéia de que o ato do voto consubstancia, em termos políticos, o exercício pleno da cidadania. Com isso, devemos dar-nos por satisfeitos com sair de casa em determinado dia e apertar os botões de uma maquinação com nossas suspostas preferências eleitorais.

Esse pretensão exercício da cidadania é mais do que uma simplificação. O que se passa, de fato, é a redução dos cidadãos a meros espectadores do processo eleitoral, quando deveriam ser, aqui como nos países onde há fundamentos de democracia política, os seus artífices. Para não dizer que inexistente participação, chama-

se aqui de participação a presença em manifestações de algum candidato ou partido - e, ainda assim, no conjunto do eleitorado é mínima a parcela dos que o fazem.

Participar do processo eleitoral é praticar a opinião, sim, mas de um modo que antecederia o voto, este posto na sua verdadeira condição de consequência do processo. Só há exercício político da cidadania se dela decorre a exposição de um conjunto de aspirações que influam nas políticas de governo e nas práticas parlamentares do novo corpo de eleitos.

Os programas de candidatos, aqui, têm pouco ou nada a ver com as aspirações da população. Nasceram de maneira artificial, agora nem mais das mãos dos políticos, mas produzidos por marqueteiros cujo compromisso é individualista e indiferente à função institucional e social da eleição.

Quando muito, como estamos na fase maníaca das discutíveis pesquisas de opinião, são ouvidas duas mil pessoas, no universo de cem milhões de eleitores, e está justificada a pretensão afinidade entre a elaboração do programa e os sentimentos do eleitorado. Este, ainda assim, tão vago que os mais levianos chegam a representá-lo com uma só palavrinha pespegada às pontas dos dedos.

A imensa distância entre os partidos e o eleitorado brasileiro não oferece aos cidadãos os necessários meios de expor e defender sua visão das necessidades orgânicas da população e do que considera serem os interesses nacionais. A única experiência de consulta, para transmissão das aspirações a candidatos, foi introduzida pelo PT. A grande maioria, porém, não conta nem com a mídia para dar eco às suas aspirações: a mídia é, cada vez mais, voz de determinados candidatos, e não do eleitorado.

Já a meio do ano passado, realizam-se entre franceses reuniões de discussão de suas reivindicações aos candidatos nas eleições deste ano. Cada candidato incorporará ou não essas reivindicações, mas, em razão de sua escolha, o eleitor estará em condições de preferir um a outros candidatos e, afinal, votar em quem lhe pareça melhor para representá-lo verdadeiramente. Nos Estados Unidos, a nítida definição partidária do eleitorado faz com que o mecanismo de audiência dos cidadãos se dê nas respectivas bases partidárias, que se compõem muito mais de opinião que de filiação.

São dois exemplos entre muitos outros possíveis. Todos eles com avanços de anos-luz sobre o que se oferece ao eleitorado brasileiro, que existe como um marginal do processo político-eleitoreiro.

Jânio de Freitas  
Jornalista

# Os desafios do voto e a cidadania

*A participação eleitoral em 2002 chegará a 67% da população. São 114 milhões de eleitores*

**V**iolência de toda ordem, epidemia de dengue, desemprego, déficit habitacional de 20 milhões de unidades, desregulamentação do mercado de trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas, dependência da economia nacional ao capital especulativo estrangeiro e política de privatização do patrimônio público nacional. Em meio a um cenário turbulento como esse, cerca de 114 milhões de brasileiros vão às urnas em seis de outubro deste ano para escolher o presidente da República, os governadores, os senadores, os deputados federais e estaduais. Essas eleições, na verdade, especialmente depois que partidos de oposição conquistaram 29 prefeituras

em um universo formado pelas 26 capitais e pelos 36 municípios com mais de 200 mil eleitores, nas disputas municipais ocorridas em 2000, se revestem de uma notória oportunidade para o fortalecimento e para a multiplicação de ações de cidadania.

Os interesses em jogo são distintos e contraditórios, mas sabidamente o Brasil tem questões urgentes a serem resolvidas. Uma delas é a par-

ticipação popular na gestão democrática do país, de modo a que sejam executadas políticas públicas para o conjunto da sociedade. O deputado José Genoíno (PT-SP), em recente artigo publicado pelo jornal "Correio Brasileiro", defendeu a necessidade de uma reforma política, que o governo federal prometeu e não cumpriu e tampouco o Congresso Nacional teve a ousadia de tomar a dianteira. De acordo com Genoíno, "o Brasil precisa fortalecer seu sistema democrático, tendo como parâmetro um sistema eleitoral e partidário mais racional, relações entre os poderes da República mais equilibradas, eleições mais isentas das influências do poder econômico e partidos mais fortalecidos".



## Estratégias montadas para candidaturas e programas

A oito meses dessas eleições, os partidos começam a organizar suas estratégias e dão início à corrida para definir candidaturas e programas de campanhas. Alguns alimentam preocupação em estabelecer uma agenda social, com a consciência de que as necessidades básicas da população devem adquirir o status de prioridade nos orçamentos. Outras agremiações partidárias, ao levarem adiante o receituário neoliberal, demonstram afinidade com a política de desmonte do patrimônio público. O jogo ainda não está definido.

O principal partido de oposição ao governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, papel que cabe ao PT, se movimenta e já busca definir nome e programa mínimo para a sucessão presidencial deste ano. Uma das metas é aprovar uma coligação com setores do centro, como o PL. Mas essa aliança, até o momento, tem sido dificultada pelas disputas internas e regionais entre as correntes do partido que tem como sua maior liderança o operário Luís Inácio Lula da Silva. Um dos trunfos do PT para essas eleições são as prefeituras que o partido administra em cidades importantes como São Paulo (SP), Campinas (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Londrina (PR), Goiânia (GO), Belém (PA) e Aracaju (SE).

Já o campo político-ideológico da direita está representado por duas candidaturas: a do PSDB e a do PFL. Ambas, verdade seja dita, são uma ameaça à Caixa e ao Banco do Brasil e estão alicerçadas na política de continuísmo do

padrão de submissão do governo brasileiro ao FMI (Fundo Monetário Internacional), num modelo carregado de restrições à democracia. Há quem insista em uma 'terceira via', com discurso de oposição mas com concordância ideológica com o atual grupo ocupante do Palácio do Planalto. Duas candidaturas jogam neste time: a do PSB e a do PPS, sendo que esta última conta com o apoio formal do PDT, PTB e PTN. O PMDB, por outro lado, está sendo namorado por candidaturas com perfis mais à direita.

## TSE aprova calendário

Para as eleições deste ano, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) já aprovou calendário definindo prazos como o do início e término da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, a transferência de domicílio eleitoral e a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher os candidatos a presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Um dos itens que mais polêmicas tem suscitado é o dos coligações, ameaçadas por uma resolução do TSE proibindo que se faça nos estados coligações diferentes das nacionais para a disputa presidencial.

O TSE avalia que esta seja a maior e mais complexa eleição já realizada em todo o território nacional. Dos 170 milhões de habitantes do Brasil, 114 milhões irão às urnas em 2002, com registro de participação eleitoral de 67% da população. Este índice em 1945 era de apenas 16%. Todos os eleitores, sem exceção, votarão por meio de urnas eletrônicas. Serão utilizadas 404 mil urnas, das quais 51 mil compradas recentemente. Desse total, 23,2 mil virão com o mecanismo da impressão do voto, que será testado em 151 municípios. A informatização total do sistema deve reduzir em 65% o número de pessoas nas juntas eleitorais. Com 24 milhões de votantes, o estado de São Paulo é o maior colégio eleitoral do país, reunindo 22% dos eleitores. O segundo maior pertence a Minas Gerais, com 12,2 milhões de eleitores.





# Resistência e dignidade

Um desafio, uma esperança, a consciência de cidadania. Em meio a uma das mais profundas crises da história dos 141 anos da Caixa, a Fenae vem liderando um amplo movimento nacional contra a privatização da empresa e conta para isso com o apoio das associações de pessoal e dos sindicatos dos bancários em todo o país. "O caminho traçado foi o da resistência combinada com democracia", explica o presidente da Fenae, Carlos Borges. Isso tem levado a entidade, criada em 29 de maio de 1971, a reforçar sua condição de aliada do conjunto da categoria bancária, do movimento geral dos trabalhadores e dos movimentos populares.

No decorrer dos últimos três anos, a Fenae intensificou suas ações e protagonizou múltiplos papéis simultâneos, com os seguintes objetivos: preservar direitos dos empregados da Caixa, lutar contra o desmonte da empresa e contra a imposição do REB - um plano de benefícios sem garantias e prejudicial aos associados da Funcef pelas suas inconsistências e pela falta de transparência na constituição das reservas e do patrimônio -, defender a previdência complementar, participar de projetos de resgate da cidadania e da justiça social e resistir ao projeto de Estado mínimo do governo Fernando Henrique Cardoso.

## Mobilizações envolvem setores da sociedade

Apesar das dificuldades, muitas delas provocadas pelo autoritarismo do presidente da Caixa, Emílio Carazzai, os desafios foram enfrentados por iniciativas realizadas de ponta a ponta do Brasil. Agências bancárias, sindicatos e associações foram mobilizadas. Prefeituras, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Vice-presidência da República foram contatados, numa conjugação de esforços em torno da defesa da Caixa voltada para a população.

Desde o início de 1999, a Fenae se articulou com outras representações dos empregados na criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa, surgido em 20 de abril daquele ano. Com base na experiência bem-sucedida desse fórum, a Fenae passou também a integrar o Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos.

Manifestações foram realizadas em várias de cidades contra o fim da Caixa

pública e de outras instituições financeiras vinculadas ao governo. O uso político dos bancos públicos também tem sido freqüentemente denunciado. Como parte desse movimento pela soberania nacional, o trabalho da Fenae no âmbito do Congresso Nacional foi e continua sendo intenso. Audiências, cafés da manhã, seminários e reuniões com parlamentares debatem questões ligadas ao sistema financeiro público, aos fundos de pensão, ao mercado de trabalho, à habitação e ao saneamento.

## Defesa dos associados da Funcef é prioridade

No quesito previdência complementar, a Funcef merece uma atenção especial. Com vistas a zelar para que o patrimônio dos associados seja preservado, a Fenae vem exigindo explicações e providências quando surgem suspeitas de irregularidades, além de permanentemente vir cobrando transparência e democratização na gestão. Uma das prioridades tem sido a resistência à tentativa das diretorias da Caixa e da Funcef de impor o REB (novo plano de benefícios). Reflexo disso são as reuniões e os encontros em todo o país nas unidades e agências da Caixa, debatendo com os empregados da empresa as consequências das alterações impostas pelo novo plano de benefícios. E, de forma sistemática, a Fenae vem cobrando uma solução para o problema da dívida que a Caixa tem para com a Funcef, de modo a que não haja o calote tantas vezes ensaiado. A atuação e apoio da Fenae foi, aliás, importante para a criação da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão).

Outra prioridade é a defesa dos direitos dos aposentados, cobrando com insistência o retorno do fornecimento do tíquete-alimentação, o pagamento dos abonos e a reposição das perdas. Essas ações se refletem ainda em outras linhas de batalha, como no caso da luta contra a venda das ações da Caixa Seguros para o capital estrangeiro, do sucesso no combate à aplicação do decreto 3.721 contra os associados da Funcef, da denúncia contra o trabalho gratuito, a terceirização e contra o PADV e da luta contra a redução do quadro de pessoal via demissões pela RH 008.

A cruzada da Fenae contra o desmonte da Caixa abrange ainda diversos outros itens: ilegalidade dos serviços bancários pelas casas lotéricas, preocupação com a saúde dos empregados, denúncias das arbitrariedades do PRT (Programa de Readaptação ao Trabalho), mudanças no Pams, defesa do SAT (Seguro Acidente do Trabalho)

público e de boa qualidade, retaliação contra dirigentes da Fenae e das Apcef e amarras provocadas pelo Siric na concessão de créditos aos clientes, empregados e aposentados da Caixa. A política de transferência compulsória dos empregados das áreas-meio, por intermédio do banco de realocação, foi prontamente combatida.



Dirigentes da Fenae participam de encontro com aposentados, no DF...



...e se reúnem com representantes da Caixa e da Funcef



Discussão sobre o futuro da Caixa mobiliza empregados

## Cidadania é uma marca registrada

A cidadania também esteve no centro das preocupações da Fenaec ao longo dos últimos três anos. A Federação integra como entidade-titular o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o fórum Criança no Lixo - Nunca Mais, da ONG Missão Criança, criada pelo ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, cujo objetivo é oferecer bolsa-escola a famílias carentes que mantenham seus filhos na sala de aula.

A Fenaec é sócia contribuinte da Fundação Abrinq, instituição que desenvolve programas para crianças carentes, e do Instituto da Cidadania. Tem dado apoio ao Instituto da Cidadania, que por sua vez tem apresentado diversas propostas para solucionar os graves problemas sociais que o país enfrenta. A Fenaec atua como aliada de primeira hora do movimento geral dos trabalhadores brasileiros, a exemplo da "Marcha dos Sem-Terra", "Marcha dos 100 mil" e "Marcha a favor da CPI da Corrupção".

A trajetória de profissionalização da Fenaec Corretora, Probo e Fenaetur (empresas do Grupo Fenaec) foi mantida para servir de suporte ao fortalecimento do movimento associativo. A aquisição de sede própria para a Fenaec, em Brasília, e para a Fenaec Corretora, no Rio de Janeiro, valorizaram o patrimônio dos empregados da Caixa. As questões jurídicas de interesse dos empregados da Caixa contam com a assessoria de dois escritórios de advocacia. Os estudos e propostas apresentados pelo movimento à sociedade são elaborados pelo Dieese, que mantém uma Subseção na Fenaec.

Outro destaque é o departamento de Comunicação, colocado a serviço do movimento dos empregados da Caixa e dos trabalhadores de outras categorias. Boletim eletrônico diário (FenaecNet), revista (Fenaec Agora), jornais (Fenaec Notícias e Jornal da CEE-Caixa) e homepage com agência de notícias são exemplos de um processo de comunicação ágil, moderno e eficiente. Sempre que necessário, a Fenaec acompanha as discussões realizadas no âmbito do Conselho Curador do FGTS. As atividades literárias, esportivas e culturais organizadas pelas Apecf contaram com o apoio da diretoria da Fenaec, numa prova de que onde houver empregado da Caixa lutando por seus direitos, nossa Federação aí estará.



Parceria com a Missão Criança é firmada em reunião com Cristovam Buarque



Dirigentes da Fenaec, sindicatos e Apecf na "Marcha dos 100 mil"



Comunicação a serviço do movimento dos trabalhadores

# Círculo vicioso

■ Fernando Nogueira da Gosta

Há uma ciranda financeira, enquanto a política monetária fica "enxugando gelo". Eleva a taxa de juros interna em relação à externa, para atrair (ou evitar a fuga de) capitais estrangeiros. A alta taxa de juros também desestimula a demanda efetiva (consumo e investimento) e o crescimento econômico, diminuindo as importações. Se o ingresso maior na conta de capital do balanço de pagamentos cobrir o déficit no balanço de transações correntes (especialmente na conta de serviços), o superávit resulta em um impacto monetário. A maior oferta em relação à demanda de dólares, no mercado de câmbio, provoca a queda da sua cotação, em um regime de câmbio flexível.

Quando a moeda nacional está apreciada, o país perde competitividade no comércio exterior. Os preços dos produtos nacionais em dólar ficam mais elevados que os da concorrência. Isso prejudica a exportação e o saldo comercial. Piora no balanço comercial representa agravamento no déficit do balanço de transações correntes. Estabelece-se a ciranda: há uma nova

rodada de elevação dos juros para atrair capitais... e repete-se o circuito. Se o impacto monetário do balanço de pagamentos é interpretado pelos condutores da política monetária como inflacionário, eles tratam de "enxugar o excesso de liquidez". Lançam títulos de dívida pública, caindo na "armadilha da dívida". Se os investidores - bancos comerciais são os contumazes tomadores finais desses títulos - negociam, o Banco Central aceita pagar maior taxa de juros. Se os bancos estrangeiros ainda resistem, a autoridade monetária lhes oferece títulos de dívida pública com correção cambial, para eles se protegerem contra o risco de depreciação da moeda nacional, isto é, fazerem hedge. Se não, eles vão comprar dólares no mercado à vista, aumentando a cotação da moeda estrangeira e depreciando a moeda nacional.

O aumento no total da dívida é gerado por um conjunto de fatores. A desvalorização cambial, o reconhecimento de dívidas antigas ("esqueletos", como os que levam o Tesouro a assumir ativos da Caixa Econômica Federal, do



Banco do Brasil e do INSS) e a própria necessidade de financiamento do setor público (NFSP) aumentam a dívida líquida, enquanto que a receita de privatizações reduz o déficit.

Quando o país encerra um exercício fiscal com um déficit nominal, significa que há a necessidade de financiamento do setor público (NFSP). Esse resultado é a diferença entre os gastos com pagamento de juros nominais e o superávit primário - se as receitas superam as despesas fiscais.

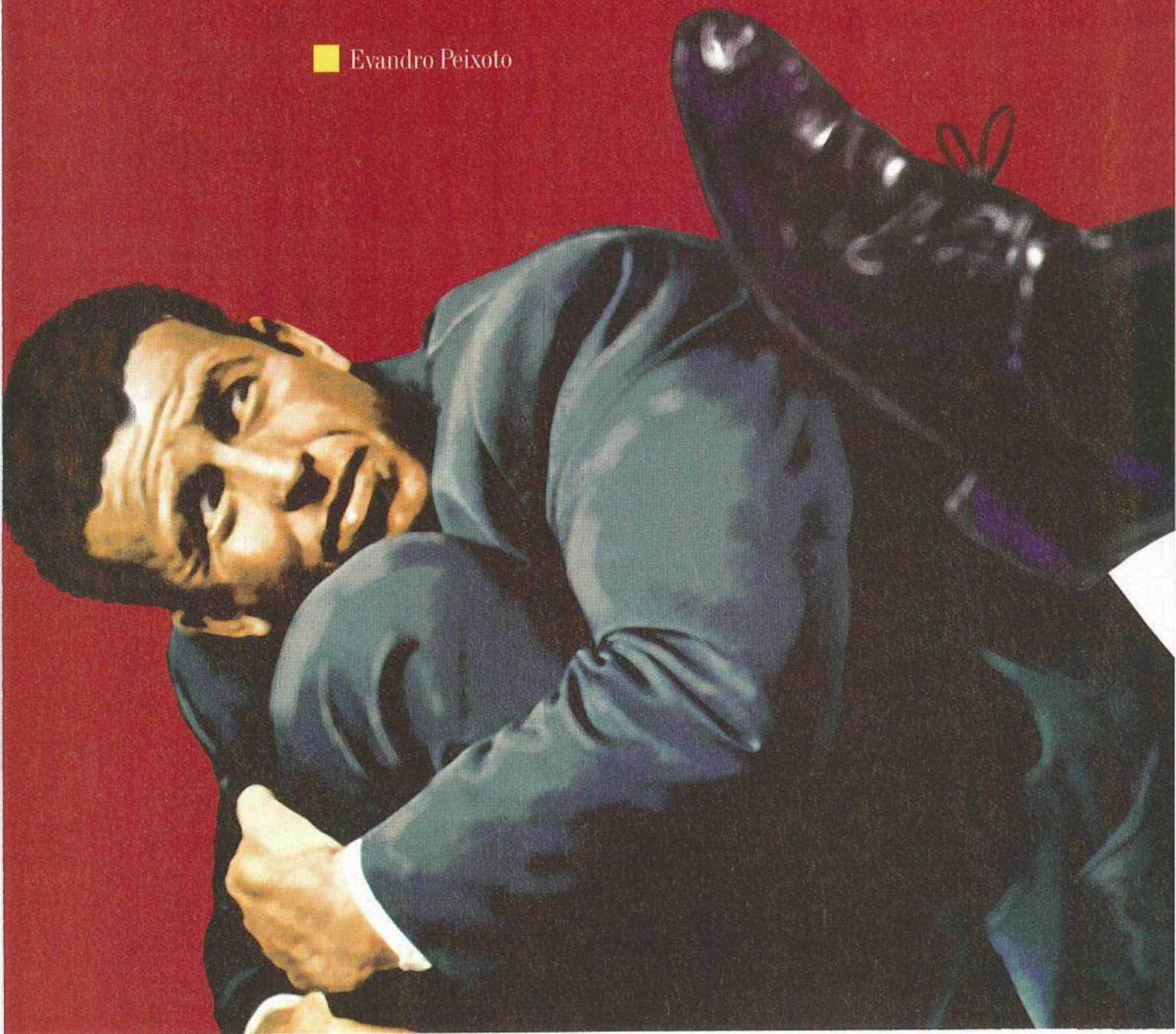
Cada governo revela a quem beneficia, quando estabelece sua prioridade entre três alternativas: cortar gastos sociais (educação, saúde, previdência e pessoal), aumentar a carga tributária, diminuir os gastos com encargos financeiros da dívida pública, relacionados com a política de juros e de câmbio. O atual governo opta por manter a taxa de juros intocável, em alto patamar, mesmo à custa do sacrifício social...

Fernando Nogueira da Gosta  
*Economista*

CAPA

# Quando o trabalho é fonte de sofrimento

■ Evandro Peixoto





O assédio moral corrói a resistência física e psicológica dos trabalhadores. As vítimas passam a apresentar baixa auto-estima e perdem até mesmo a vontade de viver

A falta de trabalho é motivo de desventura e sofrimento para milhões de pessoas em todo o mundo. Só entre os cerca de 170 milhões de brasileiros, 54 milhões não têm renda para comer, vestir, morar e comprar remédios. Ganham menos de um salário mínimo, estão abaixo da linha da pobreza. Desses, 24 milhões podem ser classificados como miseráveis, pois não ganham nem para comer.

Nessas circunstâncias, aqueles que se encontram em si-

tuação diferente, que têm um trabalho e podem tirar dele, pelo menos, o necessário para suprir suas necessidades básicas, tendem a ser vistos como agraciados pela sorte, realizados, mais felizes. Alguns consideram o trabalho bem mais que uma simples fonte de renda. Chegam a enaltecê-lo como essencial à dignificação e ao enobrecimento do indivíduo.

Mas, se já não são tantos os que têm o "privilégio" de trabalhar, para muitos o que deveria trazer felicidade acaba trazendo infortúnio. E a referência

aqui não é àqueles que se desiludem com o que se propuseram a fazer, por não ser bem aquilo que imaginavam. É àqueles que sofrem a dor de ter um algoz a fustigá-los em sua atividade diária, a destratá-los, a desqualificá-los profissionalmente e a ameaçá-los com a perda do emprego.

Essas, as vítimas do assédio moral no trabalho, não são apenas pessoas feridas em sua dignidade, são também homens e mulheres que estão perdendo a cada dia a resistência física e psicológica para suportar a humilhação. Acumulam problemas de saúde, passam a apresentar "baixa auto-estima e, muitas vezes, perdem até mesmo a vontade de viver.

## A violência no trabalho se globaliza

Conforme assinalam os especialistas, o assédio moral é um fenômeno tão antigo quanto o trabalho, mas que jamais se deu de forma tão contundente como agora. Em 2000, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) manifestou preocupação com o crescimento acelerado dos distúrbios de saúde mental relacionados com as condições de trabalho em diversos países europeus e nos Estados Unidos, dando uma dimensão internacional aos problemas de depressão, ansiedade e estresse vividos pelos trabalhadores em seus locais de trabalho.

Tanto a OIT quanto a Organização Mundial da Saúde vêm perspectivas sombrias para as duas próximas décadas, já apontadas como as décadas do "mal-estar da globalização", nas quais predominarão depressões, angústias e outros danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão e de organização do trabalho, vinculadas às políticas neoliberais. O alerta dessas instituições é repercutido por uma equipe composta por sete profissionais das áreas de medicina e segurança do trabalho, psicologia social e educação, que constituiu-se, no Brasil, em referência e centro de irradiação do debate sobre o assédio moral. A equipe divulga seus estudos pelo site [www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org).

O assédio moral é definido por esses profissionais com sendo "a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de

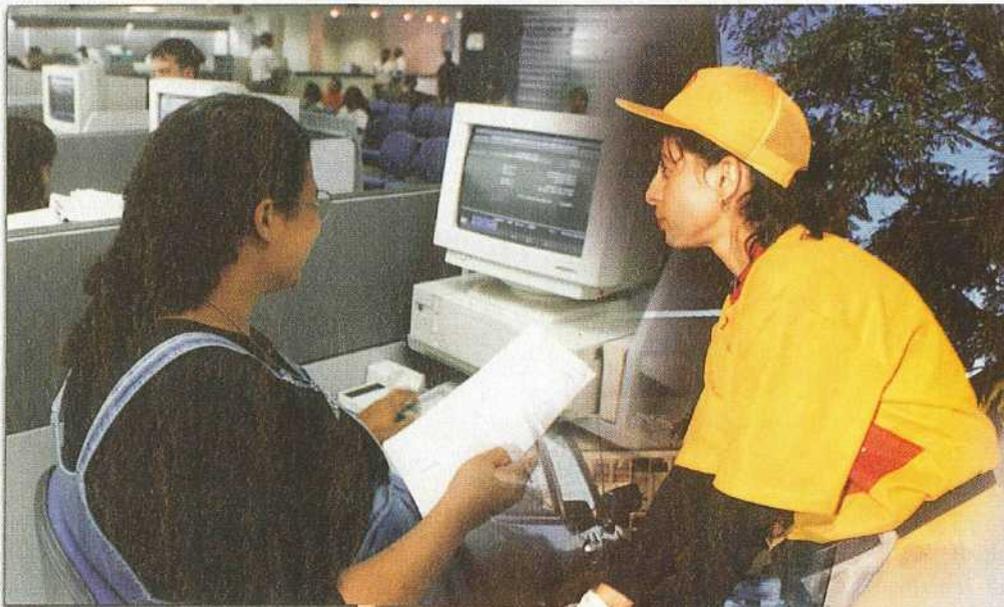
## Sintomas do assédio moral na saúde

Entrevista realizada com 870 homens e mulheres vítimas de opressão no ambiente profissional revela como cada sexo reage a essa situação

Sintomas	Homens	Mulheres
Crises de choro	-	100%
Dores generalizadas	80%	80%
Palpitações, tremores	40%	80%
Sentimento de inutilidade	40%	72%
Insônia ou sonolência excessiva	63,6%	69,6%
Depressão	70%	60%
Diminuição da libido	15%	60%
Sede de vingança	100%	50%
Aumento da pressão arterial	51,6%	40%
Dor de cabeça	33,2%	40%
Distúrbios digestivos	15%	40%
Tonturas	3,2%	22,3%
Idéia de suicídio	100%	16,2%
Falta de apetite	2,1%	13,6%
Falta de ar	30%	10%
Passa a beber	63%	55%
Tentativa de suicídio	18,3%	-

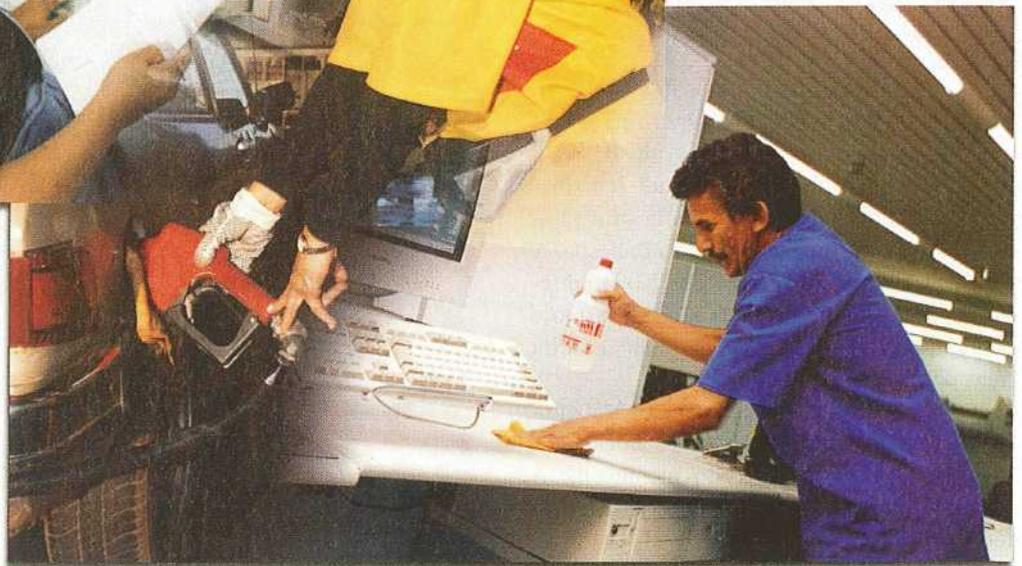
trabalho e no exercício de suas funções". Dá-se pela degradação deliberada das condições de trabalho. E normalmente cria o "pacto da tolerância e do silêncio" no coletivo. A vítima, depois de isolada sem explicações, passa a ser desacreditada e hostilizada diante de seus pares. O medo de perder o emprego e o estímulo constate à competitividade levam os demais trabalhadores ao rompimento de laços afetivos com a vítima, quando não passam eles mesmos a reproduzirem ações e atos do

agressor. "O desabrochar do individualismo - na interpretação dos especialistas - reafirma o perfil do 'novo' trabalhador: autônomo, capaz, competitivo, criativo, qualificado e empregável. Estas habilidades o qualificam para a demanda do mercado. Estar 'apto' significa responsabilizar os trabalhadores pela formação/qualificação e culpabilizá-los pelo desemprego, aumento da pobreza urbana e miséria, desfocando a realidade e impondo ao trabalhador um sofrimento perverso".



*As mulheres estão entre as maiores vítimas de perseguições e humilhações no trabalho*

*Entre os alvos preferenciais do assédio moral estão também os trabalhadores com mais de 35 anos*



## **Amplia-se o debate sobre o tema no Brasil**

De acordo com a médica do trabalho, Cármem Sílvia Silveira de Quadros, a discussão sobre os problemas inerentes ao assédio moral no trabalho passou a ganhar espaço no Brasil a partir de 2000, ano em que foi divulgada pela médica do trabalho e mestre em sociologia social, Margarida Barreto, a tese "Uma jornada de humilhações", que teve por base 2.072 entrevistas com homens e mulheres de 97 empresas industriais paulistanas. Na mesma época, havia sido publicado na França, pela psiquiatra Marie-France Hirigoyen, o livro "Assédio Moral: A Violência Perversa no Cotidiano", que veio a se tornar um best-seller naquele país.

No trabalho de Margarida Barreto, 42% dos entrevistados revelaram já terem sofrido assédio moral. As principais vítimas estão entre as mulheres, os que têm mais de 35 anos e os que atingem

nível salarial mais alto. Estão também entre os alvos preferenciais aqueles trabalhadores mais criativos, que questionam as políticas de gestão e a imposição de metas exorbitantes. Para a pesquisadora, as perseguições não refletem apenas a forma que o chefe exerce o seu poder. São, principalmente, decorrência dos objetivos econômicos e das políticas de gestão das empresas. A seu ver, as atitudes assumidas nos locais de trabalho por superiores hierárquicos - e que, muitas vezes, são reproduzidas também por pares das vítimas - são fruto da competitividade e do individualismo exacerbado, provocados pelas mudanças na organização do trabalho. São, em última instância, "resultado das políticas neoliberais", que estão a exigir cada vez mais "flexibilização" e "multifuncionalidade".

A médica do trabalho Carmem Quadros vê a flexibilização neoliberal como "desregulamentação para os trabalhadores", o que envolve "precarização, eliminação de postos de trabalho e de direitos duramente conquistados, assimetria nos contratos de trabalho, imposição de baixos salários, jornadas prolongadas, terceirização, corte de pessoal e incertezas".



**Cármem Quadros,**  
médica do trabalho



Margarida Barreto, pesquisadora

## Novas pesquisas reforçam preocupação com o fenômeno

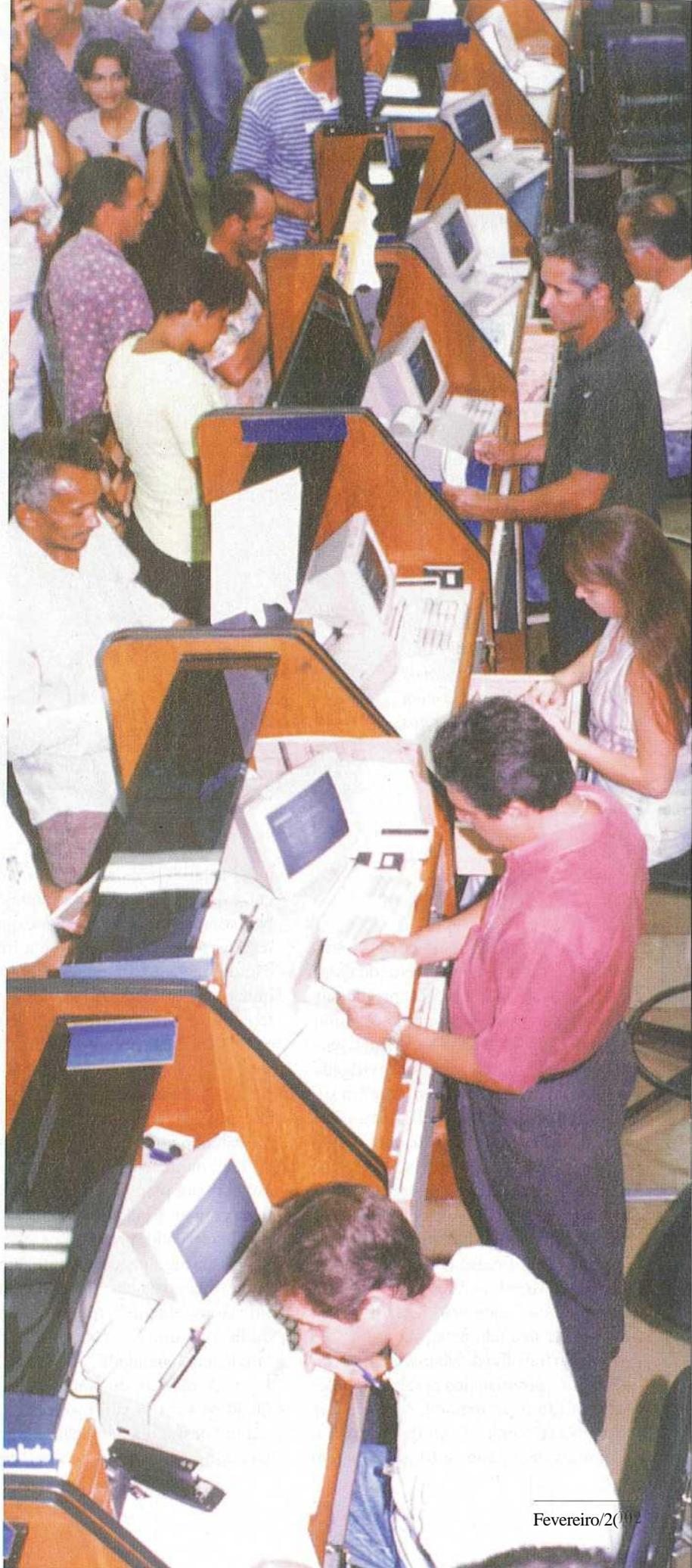
Outras duas pesquisas sobre o assédio moral foram concluídas em fevereiro deste ano, ambas coordenadas por Margarida Barreto: uma de âmbito nacional, envolvendo trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, e outra entre os bancários do Banespa. A do Banespa revela que 42% dos 1.001 entrevistados se sentem vítima do autoritarismo e de humilhações nos locais de trabalho (confira mais detalhes nas páginas 19 e 21).

A pesquisa nacional, feita entre 4.718 trabalhadores, revela que, em média, 33% deles afirmam também ter sido assediados moralmente. A maior incidência é constatada na região Sudeste (66%), seguida pela região Sul (21%).

Como resultado do abuso de poder e da manipulação do medo, evidencia-se uma quebra do espírito de equipe e de solidariedade no ambiente de trabalho. Mais de 70% dos entrevistados responderam não à pergunta "você acha que as pessoas e os grupos se ajudam mutuamente dentro da empresa?".

A repercussão que estão tendo esses trabalhos é motivo de expectativa para aqueles que têm se dedicado à discussão do assunto. A médica Cármem Quadros aposta na ampliação do debate entre as organizações dos trabalhadores e espera, inclusive, que em breve o assédio moral seja tema de negociações trabalhistas, a exemplo do combate ao assédio sexual, que já se tornou cláusula em acordo coletivo de várias categorias profissionais.

A perspectiva de inclusão do assédio moral entre as questões a serem tratadas em mesa de negociação com os patrões daqui pra frente é considerada também por Remígio Todeschine, dirigente nacional da CUT e presidente do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho, ligado à central. Na sua avaliação, vem ocorrendo um "recrudescimento das relações autoritárias" nos ambientes de trabalho, fruto da reestruturação industrial e do ritmo cada vez mais acelerado exigido aos trabalhadores.



## Martírio entre os bancários

As políticas de reestruturação administrativa, de terceirização e de demissões via PDV (plano de demissão voluntária) adotadas pelas instituições financeiras são motivo de angústia, perda da auto-estima e depressão entre os bancários. São elas um fermento para a criação de um ambiente propício ao assédio moral, onde correm soltas as pressões e humilhações aos trabalhadores.

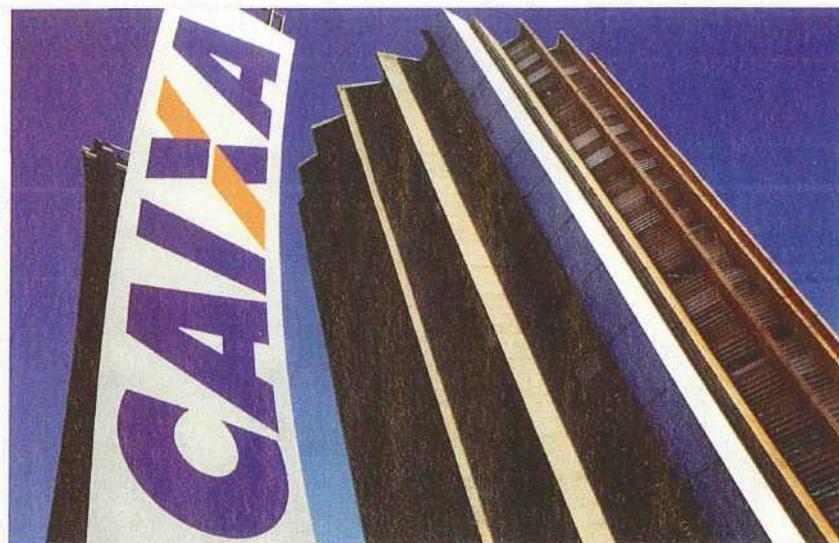
Essa é a conclusão primeira da pesquisa realizada no Banespa por iniciativa da Afubesp (Associação dos Funcionários), na qual foram ouvidos 1.001 empregados do banco (452 homens e 549 mulheres), em 886 agências.

Destaca-se entre os dados pesquisados os efeitos das novas políticas e programas adotados a partir da privatização ocorrida em 2000, quando o Banespa foi comprado pelo Santander. Os trabalhadores raramente ficam sabendo do que vai acontecer e, muitas vezes, não têm sequer informações adequadas sobre o seu trabalho. Cerca de 70% deles se sentem sobrecarregados de trabalho, 66% estão frustrados com o que fazem e 93% se sentem emocionalmente esgotados. Para 34% dos entrevistados, o trabalho que realizam raramente é reconhecido pela chefia.

A diretora da Afubesp e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rita Berlofa, atribui à insaciável sede de lucro do Santander o agravamento do problema do assédio moral nos locais de trabalho, com graves reflexos na saúde e na auto-estima dos funcionários. A decisão de realizar a pesquisa deu-se em função da grande quantidade de denúncias envolvendo atitudes autoritárias, pressões e humilhações aos bancários. Segundo Rita, as denúncias contra o banco estão ocorrendo em todos os países em que ele atua. "A busca de lucro cada vez maior faz parte da essência do modelo autoritário de gestão do Santander", diz ela.



Rita Berlofa, sindicalista do Banespa



# O terror reina também na Caixa

A Caixa Econômica Federal vive um processo interminável de "reestruturação", com forte impacto na organização do trabalho, nas políticas de recursos humanos e nas condições de vida e saúde de seus empregados. Desde 1995, a empresa implementou três planos de demissões voluntárias (PADV) e empurrou para a rua mais de oito mil trabalhadores. Adotou também um normativo interno (RH008) para instaurar uma verdadeira caça à bruxas com demissões sem justa causa. "A RH 008 foi divulgada em fevereiro de 2000 e já fez centenas de vítimas em todo o país; funcionou no final do ano passado como instrumento de pressão para forçar a adesão ao último PADV e vem sendo utilizada na coação e perseguição àqueles que permanecem trabalhando", lembra o presidente da Fenae, Carlos Borges.

Por trás do discurso da modernização do modelo de gestão e da busca de competitividade no mercado, esconde-se o abandono do papel social até hoje exercido pela Caixa e também o desrespeito à dignidade profes-

sional daqueles que dedicaram toda uma vida à empresa. Trabalhadores com mais de vinte anos de casa são taxados de incompetentes e se tornam alvo de toda sorte de humilhação. São forçados a se sujeitarem a metas inatingíveis, ao exercício de múltiplas funções e à eliminação de direitos.

Além de ameaçados de demissão, os profissionais qualificados e experientes estão sendo preteridos na designação para cargos comissionados. A direção da empresa busca

descartá-los por considerá-los caros. Os que exercem funções com comissão estão permanentemente ameaçados de perdê-las. A instabilidade, a insegurança e a falta de perspectiva profissional atingem, inclusive, aqueles que são alçados a cargos mais altos, como os de

gerência geral e superintendência. A tirania e as pressões são tão intensas que até mesmo alguns gerentes e superintendentes aderiram ao PADV do ano passado.

Na avaliação de Carlos Borges, nunca o esgarçamento e a destruição do espírito de equipe foi tão aprofundado

Por trás da reestruturação, esconde-se o abandono do papel social da Caixa



Carlos Bortes: "RH 008 é instrumento de coação e de perseguições"

como na atual gestão. Segundo ele, "há depoimentos de pessoas que imaginam a hora de ir para a Caixa e sentem alívio ao final do expediente. Alguns dizem que evitam ir a lugares onde possam encontrar outros empregados da empresa".

A Caixa, na prática, não possui plano de cargos e salários. O modelo adotado permite a manipulação das funções a bel-prazer dos atuais dirigentes. Assim, um técnico bancário (função inicial) pode chegar a ocupar até mesmo o cargo de superintendente e, em seguida, voltar à estaca zero, o que o obriga a readequar seu orçamento ao salário do cargo que de fato possui. O salário de um técnico bancário varia de R\$ 808,00 a R\$ 1.051,00 e a política implementada é de achatamento. A empresa não concede reajuste há sete anos.

Outro instrumento de pressão e perseguição aos empregados são as transferências. Os "indesejáveis" e os "excedentes" podem, a qualquer momento, ser expurgados de suas unidades, muitas vezes tendo que ir para outras cidades e, inclusive, para outros estados, longe de onde programaram viver com seus familiares e amigos. O avanço da terceirização dos serviços e o uso de estagiários em larga escala são fatores que forçam, cada

vez mais, o isolamento, a marginalização e o descarte dos profissionais.

As reuniões da direção da empresa com superintendentes e gerentes são festivais da prática de assédio moral. O próprio presidente da Caixa, Emílio Carazzai, cunhou em uma dessas reuniões o termo "massa velha" como definição para os empregados com mais de 40 anos de idade, delimitando bem o alvo central de sua política de descarte de pessoas preparadas, que foram admitidas em concurso público e que são parte importante da inteligência da instituição.

Comunicados aos escritórios de negócios e às unidades são também meios de pressão explícita, como bem retrata um que foi encaminhado aos empregados da agência Barão, em Campo

Grande-MS, pelo superintendente Gilmar Marco Falquetto. Entre outras pérolas, ele dizia: "A equipe é desqualificada para a magnitude das metas"; "Ninguém tem conhecimento das necessidades e dos resultados"; "Melhor transformar a agência em lotérica"; "Melhor deixar acabar de vez e aí o EN (Escritório de Negócios) toma providências". As frases de Falquetto nada ficam a dever em arrogância e desrespeito às que são proferidas no Banespa pelo pes-

Reuniões com superintendentes e gerentes são festivais de prática de assédio moral

soal do Santander (confira na página 21).

A postura desrespeitosa para com os empregados, adotada pela diretoria da Caixa, acaba sendo reproduzida em diversos escritórios de negócios e agências.

Como bem lembra o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Edvaldo Rodrigues, muitas vezes as pressões se dão de forma subliminar, através de sutilezas e insinuações, cujo objetivo é jogar a responsabilidade pelos resultados nas costas do empregado. "Coisas do tipo 'a agência vai de mal a pior'".

Segundo Edvaldo, a discussão dos problemas relacionados a atitudes adotadas pelos administradores não é nova na Caixa. Vem desde o início da década de 90, quando começou a surgir entre as lideranças do movimento dos empregados a preocupação com a deterioração das condições de trabalho e de saúde. "Em 1991 já observávamos o comprometimento da saúde física e mental de boa parte dos empregados e detectávamos na imposição de metas exorbitantes, na sobrecarga de trabalho e nas ameaças de transferência e de corte de função as causas do problema. Nada que se compare com o que acontece hoje, mas era já o assédio moral fazendo seus estragos, sem dúvida".

Na opinião do vice-presidente da Fenaé, José Carlos Alonso, o combate ao assédio moral já está definitivamente incorporado ao debate do movimento dos trabalhadores e se apresenta na Caixa como "síntese da luta por respeito e dignidade profissional".



Edvaldo Rodrigues, do Seeb-SP

# O abuso de poder no Banespa

*"Fui apontada com o dedo indicador como a próxima a ser transferida"*



*"Eu mandei, você tem que fazer. Não tem que pensar em nada. Primeiro, o banco; depois, o resto".*



*"Vender, vender e vender (lema de reuniões)".*



*"Dia 31 de agosto está aí. Se você se enquadra no que o banco quer, tudo bem. Se não, o PDV está aí".*



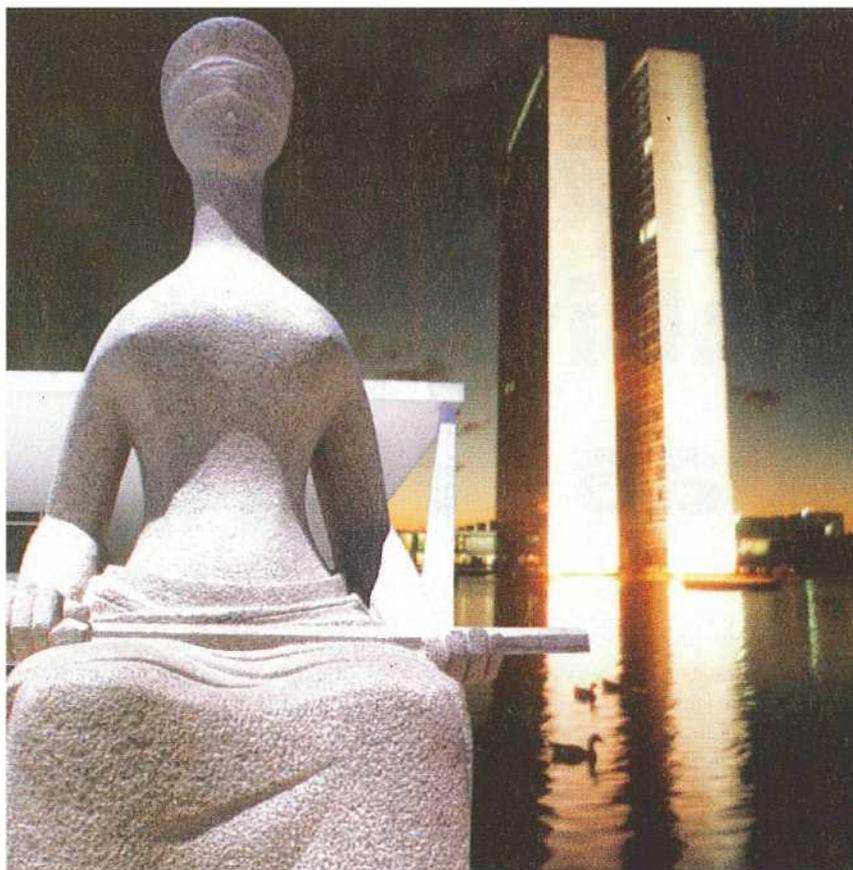
*"Como cabeças vão rolar, se a minha rolar, vários vão rolar antes".*



*"Vocês são inúteis. O banco não é mais aquela teta, vai demitir, compreendam isso".*



*"Se você não vender o produto antes da data X, terá que fazê-lo pra você. Debite na sua conta".*



## Surgem as leis

A França é pioneira na instituição de pena para o assédio moral. A Assembléia Nacional daquele país aprovou em julho do ano passado uma lei que prevê prisão por até dois anos ou pagamento de multa no valor de 100 mil francos (cerca de R\$ 150 mil) para prática do crime. As punições podem atingir tanto os administradores e chefes (independentemente da posição hierárquica) como os próprios donos das empresas. Há projetos de lei em discussão também em Portugal, Suíça e Bélgica.

No Brasil, a primeira lei contra o assédio moral é de Iracenópolis-SP e foi regulamentada em abril de 2001. Há diversos outros projetos em tramitação nos legislativos municipais, estaduais e federal. Em dezembro último, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Fe-

deral aprovou projeto de lei do deputado Marcos de Jesus (PL-PE), que prevê a pena de detenção de um a dois anos para o crime de assédio moral. Tramita também na Câmara Federal um projeto de lei de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES).

A pesquisadora Margarida Barreto considera já um grande avanço as iniciativas que estão surgindo no campo da legislação. Ela observa, no entanto, uma lacuna nas leis que estão sendo propostas. Na sua opinião, é indispensável, antes de tudo, a garantia de read-

missão do trabalhador que tenha saído da empresa por conta do assédio moral. "Essa medida deve proteger, inclusive, aquele trabalhador que se apresentar como testemunha em favor da vítima do assédio", diz ela.

Projeto de lei na Câmara Federal propõe pena de um a dois anos para o crime

# Déficit habitacional nas alturas

Uma das provas mais evidentes do descaso do governo Fernando Henrique Cardoso para com as questões sociais está no aumento do déficit habitacional brasileiro. Enquanto a população cresceu 12% de 1991 a 2000, o número de moradias foi reduzido em 21,7% no mesmo período. Os dados são da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, que publicou no final do ano passado os números da habitação no Brasil, comparados com o último estudo, feito em 1991. Naquele ano o déficit habitacional foi mensurado em 5.374.380 moradias e em 2000 chegou a 6.539.528.

Segundo a demógrafa Maria Bernadete Araújo, que coordenou a pesquisa da Fundação João Pinheiro, os componentes do déficit habitacional são os domicílios improvisados e os rústicos, denominados habitação precária, a coabitação familiar (mais de uma família morando no mesmo domicílio), os domicílios depreciados (parcela dos domicílios construídos há mais de 50 anos) e o ônus excessivo com aluguel (famílias com renda mensal até três salários mínimos que gastam mais de 30% dessa renda com aluguel).

Entre 1991 e 2000, o componente que mais cresceu foi o ônus excessivo com aluguel, vindo a seguir a coabitação familiar. Somando todos os componentes, a pesquisa chegou a um total de 20.190.986 pessoas (ou 11,7% da po-

pulação) que não têm casa própria ou casa digna para morar. E, ao contrário do que se possa imaginar num primeiro momento, a maioria dessas pessoas não está concentrada nas regiões metropolitanas, mas também no meio rural e nas pequenas cidades do interior, principalmente na região Nordeste.

O perfil econômico desse segmento da população põe a nu as consequências da falta de uma política habitacional para pessoas de baixa renda, tanto no campo quanto nas cidades. A maioria absoluta dos sem-teto

(4,4 milhões de famílias) têm renda mensal inferior a três salários mínimos. Mais da metade dessas famílias (56,1%) dividem um mesmo espaço com outras pessoas (coabitação familiar) e 18,2% comprometem grande parte da pouca renda que têm com o pagamento de aluguéis. O restante mora em habitações

precárias - barracos improvisados, favelas, casebres rurais sem nenhuma infra-estrutura.

O número de pessoas vivendo em condições habitacionais precárias é maior no campo (3,3 milhões de pessoas) do que nas áreas urbanas (2,8 milhões de pessoas). A região Nordeste concentra 84,4% do total nacional de domicílios rústicos rurais e 55,8% dos urbanos e o Maranhão lidera a precariedade, com 42% da estimativa regional total.

20 milhões de brasileiros não têm onde morar ou moram muito mal



## Redução dos investimentos e combate à pobreza

O estudo da Fundação João Pinheiro aponta como causa do aumento do déficit habitacional brasileiro a redução dos investimentos oficiais em políticas de habitação. De acordo com o estudo, entre 1964 e 1986, cerca de 27% das novas casas construídas no Brasil receberam algum tipo de financiamento do governo. Esse índice aproximava-se dos padrões de algumas social-democracias européias.

Nos anos 90 os investimentos oficiais em habitação caíram para 11%, e de acordo com o estudo, o déficit só não foi maior porque houve um enfrentamento da questão pela própria população, através de inúmeras iniciativas privadas ou Coletivas - "onde se destaca a construção pelos próprios moradores do domicílio ou mutirão" - sem qualquer auxílio de financiamento público.

O grande alvo a ser atingido, no entanto, são as populações de baixíssima renda, que não podem pagar por nenhum financiamento. O estudo da Fundação



João Pinheiro deixa claro que o governo não pode excluir uma política habitacional para esse segmento, sugerindo o barateamento das construções, a regularização fundiária e maiores investimentos em saneamento básico como fundamentais para solucionar o problema.

### O vaivém da política habitacional brasileira

Foi no regime militar de 1964 que se deu a criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e o BNH (Banco Nacional da Habitação). Os financiamentos eram feitos com base no salário, reajustados de acordo com o aumento salarial da categoria profissional do trabalhador. Como os financiamentos tinham objetivo social e não o lucro, ao final do contrato, que era de 25 anos, o imóvel estava quitado. Em caso de morte do mutuário, também.

O sistema funcionava com recursos do FGTS e da poupança, mas gerou déficits que levaram à criação do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais), que garantia a quitação do imó-

vel ao final do contrato. Nesse meio tempo, em 1984, foi editada a lei 2.164, que passou a exigir comprovação da renda familiar do mutuário, com comprometimento de até 30% dessa renda, mas a correção das prestações continuou sendo feita pela equivalência salarial.

O sistema começou a ser ruim para ambos os lados e foi perdendo cada vez mais sua função social. Em 1993 o governo extinguiu o FCVS através da lei 8.692 e criou o plano de comprometimento da renda. As prestações seguiram o índice de correção do saldo devedor, e o índice escolhido foi a TR, a vilã da inflação. O índice de inadimplência chegou a 30% dos mutuários e o sonho da casa própria virou um pesadelo nacional.

Para se defenderem da perda do imóvel, os mutuários começaram a entrar na Justiça contra a Caixa e a dívida foi crescendo. Nos últimos sete anos o bolo ficou enorme. Segundo a ABMH (Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação), existem 350 mil ações contra a Caixa e a inadimplência varia de 15% a 30% dos cerca de três milhões de mutuários hoje existentes no Brasil. A Caixa ten-

tou se livrar dos passivos a todo custo e terminou dando o golpe final no SFH: em agosto de 2001, através da medida provisória 2.123, o governo abandonou de vez o sistema de correção das prestações pelos salários e suspendeu os financiamentos para a classe média, mantendo apenas os destinados aos trabalhadores com menos de 10 salários mínimos, com recursos do FGTS.

O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) socorreu o sistema com um empréstimo de R\$ 1 bilhão de reais e a Caixa voltou a fazer financiamentos para a classe média, com correção mensal das prestações pela TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo) mais juros de 4% a 5,5% ao ano, para imóveis de R\$ 180 a R\$ 300 mil. Ou seja: usa-se recurso dos trabalhadores para financiar casas para ricos. A população de baixa renda continua sem uma política consistente de empréstimos. O próprio Carrazai admitiu, em depoimento no Senado, no dia 21 de novembro passado, que a Caixa "não vende casa, vende dinheiro", e que para as parcelas mais pobres da população tem que haver subsídio do governo. 

# O futuro em jogo

*A Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, vive um momento crucial de sua história. As diretorias da fundação e da patrocinadora tentam impor aos participantes a mudança de plano de benefícios e relutam em democratizar as instâncias de gestão*

**C**riada em 1977, com o objetivo de complementar a aposentadoria dos empregados da Caixa, a Funcef tornou-se um dos maiores fundos de pensão do país, com patrimônio de R\$ 9,9 bilhões. Possui 73 mil associados, dos quais 19.900 são assistidos.

Embora a contribuição dos trabalhadores para a Funcef seja superior à da Caixa, os associados não participam dos órgãos de gestão da fundação. Até o único cargo de diretor representante foi para o ralo. O presidente da Caixa, Emílio Carazzai, decidiu nomear Antônio Carlos Mansur, que havia sido derrotado na votação entre os associados, por saber que ele seria um aliado de primeira hora das diretorias da Funcef e da patrocinadora. O candidato mais votado, Carlos Caser, teve mais votos que a soma do segundo e terceiro colocados, mas foi preterido por representar, de fato, os interesses dos participantes.

A Funcef tem sido alvo de frequentes denúncias de irregularidades e de maus negócios ao longo dos últimos anos. Esses desmandos de toda sorte, como resultado da falta de transparência administrativa, podem comprometer de forma drástica o futuro do próprio fundo de pensão. Os riscos tornam-se

ainda maiores com o REB (novo plano de benefícios), para o qual está sendo forçada a migração.

Para presidente da Fena, Carlos Borges, a migração para o REB fere direitos dos participantes e não altera em nada os problemas da Funcef, podendo até agravá-los. "Temos que assegurar a democratização da Funcef, de modo a que seja feita uma reavaliação dos seus ativos e adotada uma política consistente de fortalecimento patrimonial. Isso implica, sobretudo, em equacionar a dívida da Caixa para com a Funcef.

O patrimônio da Funcef é considerado problemático. Dele fazem parte investimentos em shoppings centers, parques aquáticos, títulos precatórios, financiamentos do Clube Imobiliário (historicamente com elevada inadimplência), imóveis sem liquidez, dívida da Caixa etc. A Caixa Seguros, que apresentava boa rentabilidade, foi vendida a uma empresa francesa. Para manter o equilíbrio atuarial, todos os investimentos da Funcef devem render, no mínimo, o INPC mais 6% ao ano. Caso isso não ocorra, a fundação registrará déficits que, com o REB, recairão nas costas dos associados. Isso implica em redução do complemento dos aposentados e em arrocho no valor das reservas dos empregados da ativa.

A dívida da Caixa para com a Funcef representa quase um terço do patrimônio da Fundação

A dívida da Caixa para com a Funcef deixou de ser paga desde 1996. Conforme as notas explicativas do balanço de junho de 2000, seu montante chegava a R\$ 2,25 bilhões. No balanço daquele ano, misteriosamente a dívida desapareceu. Um eventual calote provocaria uma redução

brutal na complementação das aposentadorias, uma vez que a dívida representa quase um terço do patrimônio da fundação.

No termo de adesão ao REB está expresso que as reservas matemáticas (ativos) e a renda vitalícia (aposentadorias) podem sofrer alterações dependendo de operação com a patrocinadora (leia-se arranjo envolvendo a dívida da Caixa com a Funcef, pelo dicionário 'tucanês').



*Em reuniões com parlamentares e dirigentes da Fenae e da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão), uma no dia sete de agosto (à esquerda)...*



*... e outra no dia 22 de agosto (à direita), o ministro da Previdência, Roberto Brant, firmou compromisso de que a migração para o REB não seria aprovada sem prévia discussão com as representações dos participantes da Funcef: ficou o dito pelo não dito*

## **Migração pode ser impedida na Justiça**

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) recorreu à Justiça e obteve liminar contra a tentativa da Petrobras de forçar a Petros a fazer a migração do plano de benefício definido para o de contribuição definida. Essa liminar, obtida em dezembro último, não reconheceu o plano da Petros aprovado pelo SPC (Secretaria de Previdência Complementar), que guarda semelhanças com o REB.

A migração para o REB foi aprovada em quatro de fevereiro. Mas, antes mesmo da aprovação, nos dias dois e três, a Funcef e a Caixa montaram uma verdadeira operação de guerra junto aos aposentados para forçar migração.

O então ministro da Previdência, Roberto Brant, e o titular da SPC, José Roberto Savóia, haviam assumido o compromisso de não adotar tal medida sem o conhecimento prévio das representações dos participantes, mas o fato é que a migração foi autorizada às escondidas. Em 31 de janeiro, a Fenae encaminhou ofício

à SPC solicitando audiência para tratar do assunto, mas não foi atendida e tampouco avisada de que a migração seria aprovada. Na prática, a SPC, que deveria fiscalizar os fundos de pensão, atua como uma aliada da fundação e da patrocinadora.

As diretorias da Funcef e da Caixa vêm tentando fazer da migração um fato consumado. Mas, mirando-se no exemplo da Petros, a própria SPC decidiu alertar a Funcef para o caráter "excepcional e precário" de sua decisão, lembrando que há exigências jurídicas e atuariais a serem cumpridas e que a Funcef deve esclarecê-las no prazo máximo de 60 dias, sob pena de ver revogada a autorização concedida.

## **Eleições para os fundos de pensão**

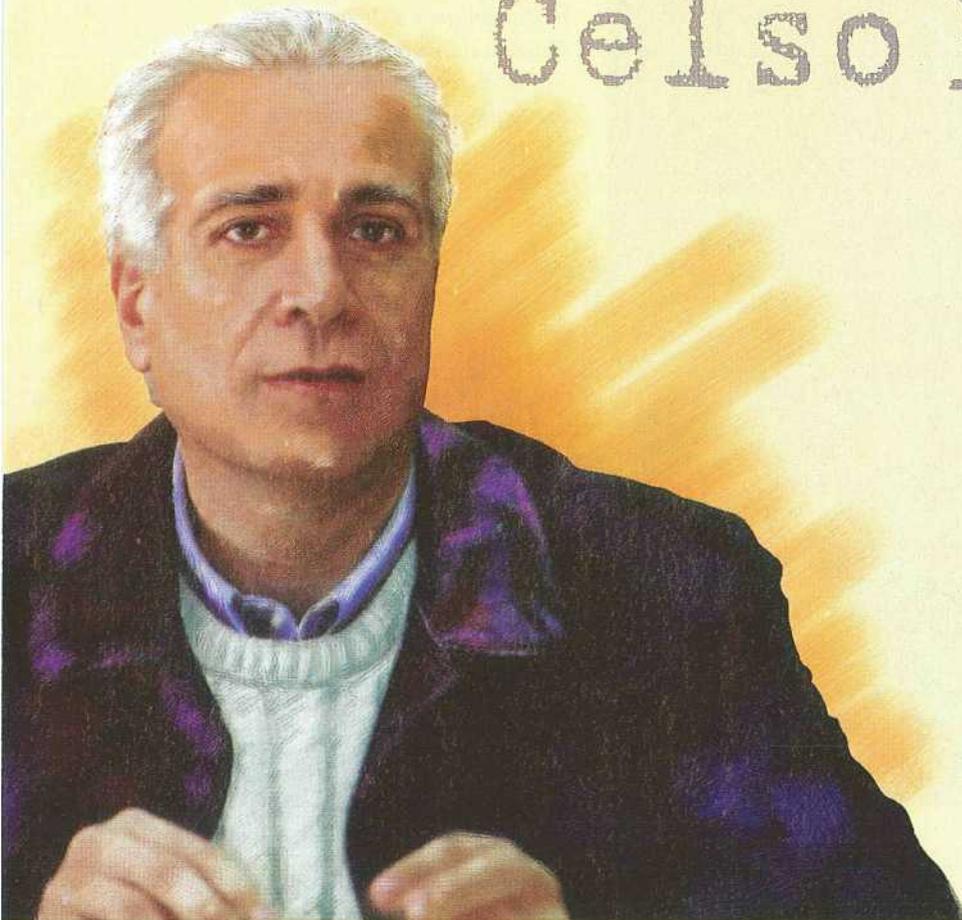
A lei complementar 108, publicada em 30 de maio de 2001, determina prazo de um ano para que os fundos de pensão modifiquem seus estatutos e assegurem participação efetiva dos associados nos conselhos deliberativos e fiscais. A diretoria executiva passa a ser

indicada pelo conselho deliberativo.

Pela nova legislação, os conselhos passam a ser paritários (associados e patrocinadora com igual número de representantes). No Conselho Deliberativo, o voto de 'minerva' é da patrocinadora e no Conselho Fiscal é dos associados.

As representações dos associados cobram providências para que a legislação seja observada e as eleições na Funcef ocorram até o final de maio. Até o fechamento desta edição, a Caixa e a Funcef ainda não haviam tomado qualquer iniciativa. Em comunicado aos fundos de pensão, a SPC afirma que as eleições para a escolha de metade dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais sejam realizadas até 31 de maio, mesmo que até lá a nova legislação não tenha sido regulamentada. A Fenae, a Fenag (Federação dos Gerentes da Caixa) e a Advocef (Associação dos Advogados da Caixa) encaminharam à Funcef e à Caixa propostas de regulamento eleitoral e de mudança do estatuto da fundação, nos dias 20 de dezembro e 18 de janeiro, respectivamente.

# Celso Daniel



## Um legado de democracia popular

O município de Santo André, em São Paulo, registra em sua história um legado de dignidade, de cidadania, de ética e de democracia popular por um de seus filhos, o prefeito Celso Daniel, assassinado a sangue frio com sete tiros no último dia 20 de janeiro, depois de ter sido sequestrado e torturado por uma quadrilha do crime organizado.

Aos 50 anos, Celso Daniel era um autêntico trabalhador da política: adorava o que fazia, amava sua cidade

e conversava com os cidadãos. Estava no terceiro mandato na prefeitura de São André, município que administrou pela primeira vez de 1989 a 1990, voltando ao cargo nas eleições de 1996. Antes de ser reeleito em 2000, exerceu mandato como deputado federal.

O contato de Celso Daniel com o mundo da política começou em casa. Ele nasceu em uma família tradicional, em 16 de abril de 1951, e seu pai - Bruno José Daniel - já falecido, foi presidente da Câmara Municipal de

Santo André. Foi ainda um dos fundadores do PT em 1980 e, daí em diante, não parou mais de mexer com assuntos de cidadania. Como prefeito, aliás, se notabilizou internacionalmente por remar contra a maré neoliberal, ao priorizar a periferia via programas sociais como renda mínima, banco do povo e orçamento participativo. Tanto que, em julho do ano passado, representou o Brasil na Conferência Mundial Istambul+5, promovida pelo Programa Habitat das Nações Unidas. Na ocasião, o prefeito de Santo André foi o único a expor uma experiência brasileira em moradia popular e um dos quatro escolhidos entre experiências administrativas bem-sucedidas da América Latina.

Mesmo com todos os afazeres políticos, Celso Daniel nunca parou de lecionar. Ele era formado em engenharia civil e economia e, duas vezes por semana, dava aula de Brasil contemporâneo na Fundação Getúlio Vargas e na Pontifícia Universidade Católica. Também não perdia algum jogo ou treino da equipe de veteranos de basquete de Santo André. Na verdade, o prefeito dividia seu tempo em torno de cinco paixões: o PT, o magistério, o basquete, os filmes do cineasta sueco Ingmar Bergman e o Jazz do trompetista norte-americano Miles Davis. Tamanha sensibilidade o tornava, segundo palavras de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a candidato a presidente da República pelo PT, um notável formulador e o prefeito petista mais palatável no relacionamento com a sociedade.



# A violência que abala o país

*Sociedade clama por soluções democráticas*

**N**ão é brinquedo não. Sob o auspício da política do Estado mínimo, como resultado da submissão do governo FHC às diretrizes do FMI, o Brasil está mergulhado na violência. A imagem do corpo do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, jogado no chão de terra batida de uma ruela estreita do município paulista de Jujutiba, é reflexo do ápice de uma escalada de seqüestros e insegurança e coloca o combate à criminalidade no topo da agenda política do país.

A crescente onda de violência vem transformando o Cotidiano da população brasileira, especialmente do segmento alojado no andar de baixo e que

se encontra fora das asas e da proteção do poder econômico e político. Pessoas de todas as idades estão sendo atingidas pela criminalidade. A sangrenta rotina dessa tragédia nacional, que só em São Paulo fechou o ano de 2001 com 307 casos de seqüestros, saltá aos olhos. Levantamentos oficiais revelam que, em média, 40 mil brasileiros são assassinados por ano. Pesquisa da ONG Movimento Nacional de Direitos Humanos aponta que a cada dia cinco pessoas são mortas por grupos de extermínio ou por policiais.



*Feneae Agora já denunciou a violência semeada pelo Estado brasileiro contra os trabalhadores*



## **Violência estatal atinge trabalhadores e pobres**

A cidade de Recife, capital de Pernambuco, ostenta o primeiro lugar no ranking nacional de mortes decorrentes de agressão à bala. Registrado em núme-

ros estatísticos como esses, o medo da sociedade se confirma a todo instante por episódios de repercussão nacional como o seqüestro do ônibus da linha 174 no Rio de Janeiro, em junho de 2000, a crise das polícias militar e civil no ano passado em cerca de dez estados e o assassinato do prefeito Celso Daniel, no último dia 20 de janeiro. Em setembro de 2000, a revista FENAE AGORA já denunciava que a violência semeada pelo Estado brasileiro contra os trabalhadores e os pobres ganhava as ruas de modo cruel e indiscriminado, vitimando comunidades indígenas, camponeses, menores/adolescentes carentes, mulheres etc. Naquela ocasião, essa denúncia revelava que, entre os anos de 1996 a 1998, foram registrados no país 46 casos de assassinatos envolvendo líderes comunitários, 21 dirigentes sindicais e 17 detentores de cargos políticos.

A julgar pelos freqüentes ataques de quadrilhas, gangues e assassinatos de toda ordem, a disseminação da violência nas ruas parece oscilar entre o crime grosseiro dos 'desesperados' e a rebelião patrocinada por interesses que brotam nos pores da sociedade. Não é difícil desmascarar os mecanismos ideológicos e sociais que estão por trás dessa situação. A violência tem uma base econômica, pois a desigualdade é solo fértil para que as relações sociais se degenerem. Tem ainda uma base política, devido ao fato de que, numa sociedade em que é baixa a consciência de cidadania, legitimam-se entre ricos e pobres diversas formas de marginalidade. A base cultural e moral da violência no Brasil também é evidente, sendo realimentada todos os dias pelos valores que incentivam a desigualdade nos variados setores do convívio social. Outros sinais reveladores dessa violência são o racismo, o machismo e preconceitos de todos os tipos. Prova desse desrespeito aos princípios constitucionais ocorreu recentemente no Distrito Federal, quando o governador Joaquim Roriz agrediu um cidadão negro que protestava contra o aumento abusivo do IPTU, classificando-o pejorativamente de 'crioulo petista'.



### A rotina da violência vira problema nacional



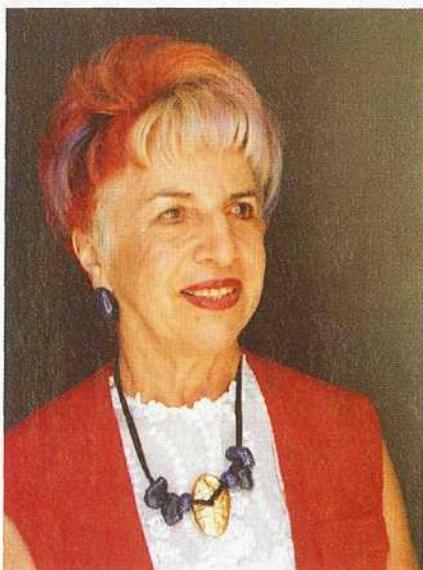
A transformação da violência urbana em problema nacional de primeira ordem é um fato recente da história brasileira. A sonegação de impostos, a burla da legislação trabalhista e a exploração predatória dos recursos naturais nunca foram tão difundidas, impunes e socialmente legitimadas no Brasil, como no período que abrange os oito anos do governo FHC. A noção de crime disseminada pela mídia e aceita pelo Estado incrimina apenas os pobres, muitas vezes esquecendo-se das contravenções que ajudam a acumular capital. Por essa brecha penetram a corrupção, o mau funcionamento de todo o aparato policial e soluções autoritárias do tipo pena de morte, intervenção das Forças Armadas e prisão sem mandato judicial.

Nos últimos meses, o comportamento anti-social que progride na esteira do desamparo e da ausência do poder público vem sendo materializado por uma série de atentados às lideranças do principal partido de esquerda do país: o PT.

A ação do Estado é o instrumento para combater a desigualdade social no país

Essa onda de intimidação contra a legenda, cada vez mais em ascensão, foi iniciada em outubro de 1999, com o assassinato de Dorcelina Folador, prefeita de Mundo Novo (MS). Depois dela, vários prefeitos, deputados e senadores do partido receberam cartas com ameaças. Com as mortes dos prefeitos Celso Daniel (Santo André) e Toninho do PT (Campinas), a Anistia Internacional contabiliza 16 execuções e 70 tentativas de assassinatos contra líderes petistas, desde 1997, naquilo que - segundo a jornalista Eliane Cantanhêde, da Folha de S. Paulo - deve ser visto como operação de guerra "contra um partido, uma idéia, uma proposta, uma expectativa de poder".

O quadro da criminalidade no Brasil é cada vez mais dramático. A população clama por mais segurança. Os instrumentos para combater a desigualdade social e a violência urbana dependem da ação do Estado. Soluções democráticas para a questão não se resumem apenas à desmilitarização policial, mas principalmente ao combate ao desemprego, recuperação de salários, programa de renda mínima e à erradicação da fome.



# Um possível mundo sem guerra

■ Esther Pillar Grossi

**T**endo participado intensamente do segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre, de 31 de janeiro a cinco de fevereiro de 2002, o qual buscou afirmar que "um mundo sem guerra é possível", faz sentido refletir sobre a cultura da paz.

Em que pode se assentar uma cultura da paz? Paz entendida como o contrário de guerra e guerra entendida como o uso da agressividade para destruir. Impossível entender paz como ausência de agressividade, mas sim, como uma forma inteligente e criativa de utilizá-la para construir. Construir idéias, construir instrumentos de sobrevivência, construir desejos e construir convívios e prazeres. Ora,

uma cultura da paz só pode se firmar numa permanente aprendizagem dessa inteligência e dessa criatividade.

Uma cultura da paz se assenta obrigatória e unicamente num clima de aprendizagem sobre o que é prazer, dor e amargura e na capacidade de discernimento desses elementos em cada situação, a qual exige uma construção de esquemas lógicos de pensamento.

Uma geração para a qual o prazer é um imperativo do aqui e agora, porque substituiu a posição religiosa até então reinante - de que ele era reservado para uma outra vida, conquistado nesta pelo seu antídoto, o sofrimento - tende a provocar uma corrida para a obtenção do prazer a

qualquer preço.

Associada a essa reviravolta do espaço e do tempo do prazer, apresenta-se a onda de marketing em que estamos mergulhados, que confunde satisfação de necessidades com o prazer autenticamente humano, em peças publicitárias, quando, por exemplo, a de uma cerveja que é apresentada como paixão nacional, ou quando assistir um canal de TV pode significar a plenitude, como nos quer fazer acreditar um slogan como este - "Quem tem Globo, tem tudo".

Portanto, uma cultura da paz só se estabelece no âmbito de aprendizagens, as quais pressupõem também as aprendizagens escolares que exigem a aprendizagem do uso da agressividade no bom sentido. Esse bom sentido significa identificar a ignorância como objeto de agressividade, canalizando-a positivamente para a construção de conhecimentos que ajudem a bem escolher os caminhos reais de felicidade.

Um mundo sem guerra não é impossível, mas é difícil nas atuais circunstâncias por, ao menos, duas razões. A primeira, a da opção política e econômica pelo liberalismo, com seu equívoco de base em que o mercado centrado no lucro tem prioridade sobre a pessoa. A segunda, por equívocos conceituais, como os que apontamos no corpo deste texto.

Para tornar possível um mundo sem guerra, urge sermos capazes de rever idéias sobre prazer, agressividade e dor, que estão na base dos comportamentos, porque, atrás de toda a prática existe uma teoria. Só revisando-a, podemos atingir a prática de maneira a alterá-la com vistas a uma transformação positiva da vida. 

*Esther Pillar Grossi,  
Deputada Federal (PT-RS)*





## Falta de verbas é problema crônico da produção nacional

Por décadas a fio, a falta de verbas sempre foi um dos problemas crônicos da produção cinematográfica nacional. A estrutura de distribuição deficiente foi apontada pela cineasta brasileira Betse de Paula, produtora do filme "O casamento de Louise", como outra barra pesada no caminho de um sucesso comercial mais tranquilo para os títulos nacionais, dificultando muitas vezes que eles mostrem temas e personagens identificados com a realidade brasileira. "Muitos filmes são produzidos e pouco vistos porque o esquema distribuidor é ineficiente", admite Betse de Paula, que, contudo, vê na regionalização produtiva e na diversidade temática duas das saídas para esses obstáculos iniciais. Segundo ela, cineastas de Brasília e Ceará já produzem filmes com condições de competir em par de igualdade com os mercados paulista, carioca e gaúcho. Nesse cenário, Pernambuco e Bahia também colaboram para que o cinema verde-e-amarelo se destaque em todos os sentidos. Boa parte dessa nova safra de filmes brasileiros é de boa qualidade, apesar do baixo orçamento.

Os cineastas nacionais estão optando por produções digitais, em lugar daquelas de 35mm

Outro sintoma desses bons fluidos vem da parceria do cinema com a televisão, cada vez mais comum. Tanto que o título "O auto da compadecida", de Guel Arraes, baseado no romance do escritor pernambucano Ariano Suassuna, foi alvo de um seriado televisivo antes de ser exibido na tela grande, com sucesso de público. De certo modo, o filme "Eu, tu e eles", de Andrucha Waddington, embora não tenha sido feito para a TV, faz parte dessa trajetória. A hipótese mais provável para esse fenômeno deriva de hábito adquirido pelos cineastas nacionais, ao longo dos últimos seis anos: produções digitais a baixo custo, em lugar daquelas em 35mm, consideradas bem mais caras.

A legislação também poderá dar um empurrão para impulsionar a indústria cinematográfica. Estão em vigor leis de incentivo à cultura, como a que prevê a criação de fundos de financiamento. Na medida em que a liberação de verbas for facilitada, de acordo com Betse de Paula, o mercado nacional será presenteado com diversas produções novas, do modo a que a jovem safra de filmes mostre a sua cara.

# As águas bentas das gerais

**E**stá registrado na história de Caxambu: a princesa Isabel foi passar temporada de banhos na vila de águas carbogasosas para se engravidar. Em promessa, mandou erigir na cidade a Igreja de Santa Isabel, concluída após a volta da família imperial a Portugal, com a Proclamação da República.

Engravidar, curar problemas de pele, de estômago, rins, bexiga e, principalmente, combater o estresse e dar uma renovação geral no corpo e na alma são benefícios que as águas minerais das cidades do sul de Minas prometem aos turistas.

Beber delas, todo mundo já bebeu um dia, até os franceses. Uma das fontes da caríssima água gasosa "Perrier" está em São Lourenço, e as

águas de Caxambu são consideradas as mais puras e cristalinas do mundo. Mas mergulhar nessas águas, quentes, sulfurosas, ferruginosas, gasosas e bicarbonatadas é que traz o refrigério para a alma e o descanso para o corpo que a maioria busca.

A "capital" - digamos assim - das estâncias hidrominerais de Minas é Poços de Caldas, situada a sudoeste do estado, quase na divisa de São Paulo. A cidade foi construída sobre um vulcão adormecido, no alto da Serra da Mantiqueira. Suas águas sulfurosas jorram da terra a uma temperatura média de 45°.

Sua mais importante termal é a Antônio Carlos, no centro da cidade, um prédio neoclássico quase centenário, que oferece banhos de tratamento e massagens para relaxamento.

A fonte da praça dos

Macacos tem água sulfurosa e banhos de imersão. Há ainda as fontes Pedro Botelho, Chiquinha e Mariquinha, fonte Sinhazinha, fonte XV de Novembro, fonte Ferruginosa, fonte Bela-radiativa e fonte Monjolinho.

Os jardins da cidade são uma atração à parte. A comunidade japonesa doou ao município um jardim japonês com todos os seus elementos de meditação e elevação espiritual e quase toda praça possui uma fonte luminosa que toca música e faz verdadeiros balés de cores para deleite dos visitantes.

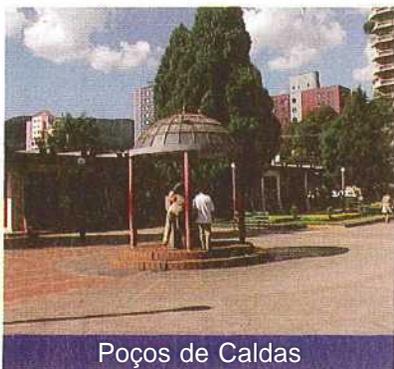
Abençoada do alto por uma réplica do Cristo Redentor, é possível ver a cidade de cima e descer até o centro por um tele-

férico. Passeios de charrete também fazem parte da tradição da cidade, que oferece aos turistas tradicionais cristais artesanais de Murano, roupas de malha e muito produto de beleza à base das águas minerais do lugar.

Poços de Caldas tem águas quentes e sulfurosas que relaxam e curam



Chalé da subsede da Apcef/MG em Poços de Caldas



Poços de Caldas



São Lourenço

## São Lourenço e Caxambu

É possível passar uma temporada somente em Poços de Caldas sem se cansar nem um pouco - ao contrário, renovando as energias dia-a-dia. Mas já que se está na região, vale a pena pegar o carro por boas estradas asfaltadas e bem sinalizadas, sempre cortadas pela paisagem luxuriante da Serra da Mantiqueira, e descer um pouco mais ao sul, para São Lourenço e Caxambu, situadas praticamente uma ao lado da outra, a cerca de 200 quilômetros de Poços de Caldas.

Caxambu, além da fama de possuir águas afrodisíacas e fertilizantes é também uma linda cidade situada no Planalto da Mantiqueira, e famosa por seu artesanato e doces caseiros. Possui 12 fontes de água mineral de propriedades químicas diferentes umas das outras, a jorram ininterruptamente. Todo este manancial está concentrado em uma área de 210 mil metros quadrados, no centro de Caxambu.

O "Parque das Águas" se destaca pela imponência de suas construções. Ele é cercado de bosques, jardins e alamedas, pistas de cooper e piscinas de água mineral da fonte Mayrink. Um destaque do lugar é o playground projetado pelo arquiteto José Tabacow, da equipe do paisagista Burle Marx, que fez brinquedos educativos em tamanho gigante. Toboáguas, quadras de tênis, vôlei e bocha completam as atrações

para crianças e adultos.

São Lourenço é outro charme de cidade, a poucos quilômetros de Caxambu. Considerada por muitos um centro mágico de poderosas vibrações espirituais, seu "Parque das Águas" possui também numerosas fontes de água mineral, com reconhecidas propriedades terapêuticas. A Fundação Cima's tem um horto medicinal na cidade, onde faz pesquisas sobre as propriedades terapêuticas das águas. A instituição afirma ter desenvolvido uma técnica exclusiva de eliminação das manchas senis das mãos e do rosto, com uma única aplicação de produtos naturais.

O turismo e o comércio são a base econômica do município, além da indústria de engarrafamento de água mineral. O artesanato da cidade também é muito rico, com peças em vime, palha, couro e bambu, além de produtos de be-

leza, doces cristalizados, licores e mel. Os melhores locais para as compras são na Feirart (feira de artesanato no centro da cidade), no caminho do Artesanato Rural e na Aldeia Vila Verde.

As três cidades possuem excelente rede hoteleira, além de pousadas e hotéis fazenda. Informações sobre hospedagem podem ser obtidas em "sites" exclusivos ou em links com os "sites" de busca da internet. O que tem as melhores informações é o "Cadê". A Apcef/MG oferece hospedagem em Poços de Caldas e São Lourenço, a preços bem baratos. Veja box com informações.

Caxambu e São Lourenço têm águas para a pele e para problemas de infertilidade

## Hospedagem econômica nas subsedes da Apcef/MG

Os empregados da Caixa que quiserem conhecer Poços de Caldas podem se hospedar na sede campestre da Apcef/MG local, que oferece conforto e lazer a preços mais que razoáveis. A diária de um chalé com capacidade para acomodar até sete pessoas fica em R\$ 10,00 para o associado da regional de Poços de Caldas; R\$ 20,00 para os associados de qualquer Apcef do país e R\$ 30,00 para não-associados.

A sede campestre fica a apenas 13 km do centro da cidade, na estrada para Pouso Alegre, e tem piscinas para adultos e crianças, parque de recreação, churrasqueiras, sauna e salão de festas. O chalé é equipado com fogão e geladeira, camas e sofás. Os associados têm que levar apenas roupas de cama.

A subsele da Apcef em São Lourenço tem um albergue no clube que fica na zona urbana da cidade, a 10 minutos do Parque das Águas. São dois quartos com duas camas de solteiro cada, mas os banheiros ficam do lado de fora. O clube oferece sauna, piscina e quadras de esporte. Para garantir mais vagas para os empregados da Caixa que quiserem usufruir das águas maravilhosas do lugar, a Apcef fez convênio com bons hotéis da cidade, com diárias de até R\$ 15,00. No clube a diária é de R\$ 10,00.

Reservas e informações: Apcef/MG, subsele Poços de Caldas: (35)3722.1712, comMMam Apcef/MG, subsele de São Lourenço: (35)3332.3888, com Luiz Antônio da Silva.



# Cavalo

## Terapia e integração

*Cavalo e gente são companheiros e cúmplices de longa data. Meio de transporte eficiente, seguro e rápido, o animal sempre gozou da simpatia e da amizade de todos os povos, que com ele trabalhavam, viajavam, caçavam, transportavam coisas, lutavam nas guerras, praticavam esportes. Assim como o cão, o cavalo é um grande amigo do homem, e embora seja grande e coma o bastante para não poder viver em pequenos espaços urbanos, faz parte da memória coletiva da humanidade e encanta à primeira vista.*

**D**ócil por natureza, o cavalo permite uma interação tão profunda com o ser humano que é usado em terapias para o desenvolvimento e a socialização de crianças com síndrome de Down e autistas. Vários são os esportes praticados com cavalos, mas dois deles, a cavalgada livre e enduro eqüestre, estão ganhando cada vez mais adeptos nos entornos das grandes cidades.

Mas não é preciso ter um sítio e um cavalo para participar de cavalgadas. O esporte está intimamente associado ao turismo rural e quem quiser experimentar as delícias de um

passeio no campo, olhando a natureza do alto do lombo de um garboso animal, é só procurar que acha. Existem haras que criam cavalos com o único propósito de promover cavalgadas de fim de semana, algumas incluindo pernoite no campo ou simplesmente um dia inteiro de passeio por trilhas, cachoeiras e matas.

O bom das cavalgadas é que elas podem ser feitas por pessoas de todas as idades (menos crianças que ainda não têm destreza para montar) e permitem não somente a interação animal/gente/natureza como também a

interação de pessoas. As cavalgadas são passeios livres em marcha lenta, para exploração de determinada região, e terminam sempre em confraternização. Pode ser um piquenique no final da trilha, ou um churrasco na volta.

### Enduro eqüestre

O enduro eqüestre já é uma versão mais sofisticada das cavalgadas. Ele exige mais destreza dos cavaleiros, pois é uma prova de tempo e velocidade. Quem não sabe montar direito pode cair. Por isso o cavaleiro tem que estar prote-

# algadas

gido com calça grossa ou bombacha de couro, botas até o joelho e capacete. Uma área é previamente sinalizada e o percurso tem que ser feito em determinado tempo - duas horas em média.

O interessante do enduro é que ele respeita antes de tudo as condições físicas do animal. Se um cavaleiro conseguir fazer o percurso, mas o cavalo estiver com batimento cardíaco acima de 60 por minuto, isto significa que houve sofrimento para o animal e o cavaleiro é desclassificado. Um veterinário tem que examinar os cavalos no final da prova.

Velocidade controlada e velocidade livre são as modalidades mais praticadas no Brasil, onde o esporte chegou há 11 anos. Na velocidade controlada são avaliados o cumprimento do percurso em tempo e distância determinados e a condição física do animal. A velocidade livre, por sua vez, é a prova em que o cavalo que chegar primeiro e, se estiver dentro dos parâmetros exigidos, vence.

O assessor parlamentar Pedro Calza, é um dos adeptos das cavalgadas e dos enduros eqüestres em Brasília. Ele mora numa chácara a 30 km da capital e cria dois cavalos Manga Larga Marchador, raça que, ao lado

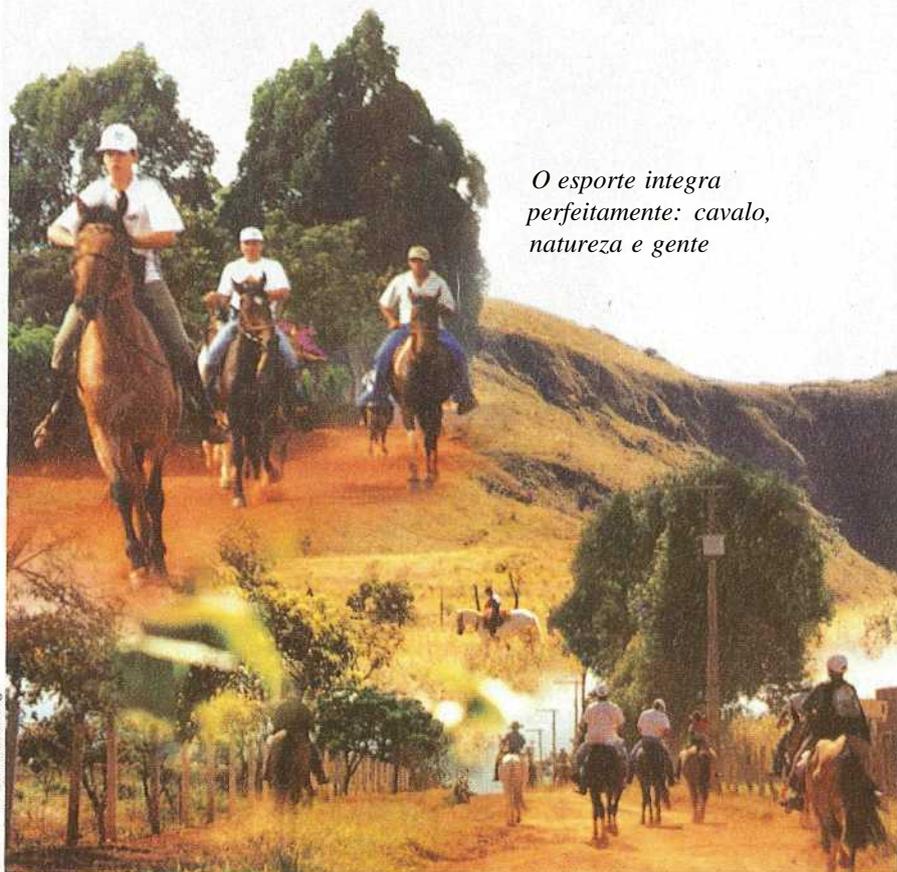


Foto: Marcia Lage

*O esporte integra  
perfeitamente: cavalo,  
natureza e gente*

da Campolina, são as mais utilizadas para a prática do esporte. Para ele, o prazer de cavalgar é indescritível e o melhor do esporte é que ele pode ser praticado em grupos pequenos ou até com 300 pessoas. "Isso cria laços de amizade e fortalece a união familiar, pois é muito praticado por famílias inteiras", ressalta Pedro.

Sem falar no relaxamento físico e mental que as cavalgadas proporcionam, no contato com a natureza e no sentimento de liberdade. É por isso que o esporte vem crescendo numa média de 40% ao ano no Brasil e ganha adeptos principalmente entre ambientalistas, fazendeiros, chacareiros e pessoas com alguma referência rural.

## Pilhas e baterias: lixo perigoso a vista



Pilhas no lixo doméstico contaminam o meio ambiente

A população brasileira compra 800 milhões de pilhas por ano; 10 milhões de baterias de celular; 12 milhões de baterias automotivas e 200 milhões de baterias industriais. A maioria desses produtos possui metais pesados em sua composição - mercúrio, cádmio e chumbo - que são prejudiciais ao meio ambiente e à saúde das pessoas. No entanto, são jogados no lixo comum, em aterros sanitários e em qualquer lugar da natureza, onde levam anos se decompondo e poluindo o solo e a água.

Esse descarte perigoso é proibido por lei desde 30 de junho de 1999, pela resolução 257 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). O Brasil é o único país da América do Sul que regulamentou a fabricação, a venda e a destinação final de pilhas e baterias, mas como sempre acontece, ninguém está nem aí para a lei. Nem os fabricantes, nem os importadores e muito menos os consumidores, que não são infor-

mados sobre os perigos da composição desses produtos e nem orientados sobre o que fazer com eles após seu uso. Pela lei, baterias e pilhas devem ser devolvidas aos fabricantes e vendedores autorizados após a extinção da carga, e nunca guardados em casa ou misturados ao lixo domiciliar.

O assunto é árduo. A diretora de controle e fiscalização do Ibama, Zilda Veloso, que trabalhou na elaboração da resolução n° 257 e é responsável pela fiscalização do seu cumprimento, está francamente insatisfeita com os resultados que a lei alcançou até agora. Ela foi amplamente debatida com fabricantes, importadores e a Abnee (Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica), que pediram o prazo de um ano para se adequarem às novas exigências.

Para começar, o peso do mercúrio, do chumbo e do cádmio deveria ter sido reduzido na fabricação das pilhas e baterias para 0,010%, 0,015% e 0,200%, respectiva-

mente, para que pudessem ser dispostas em aterros sanitários "licenciados". Todos os fabricantes e importadores teriam que enviar os testes de laboratório comprovando a redução dos metais pesados nos produtos. Mas, dos cerca de mil fabricantes cadastrados no Brasil, apenas sete cumpriram as exigências até agora, dois anos e meio após a publicação da lei.

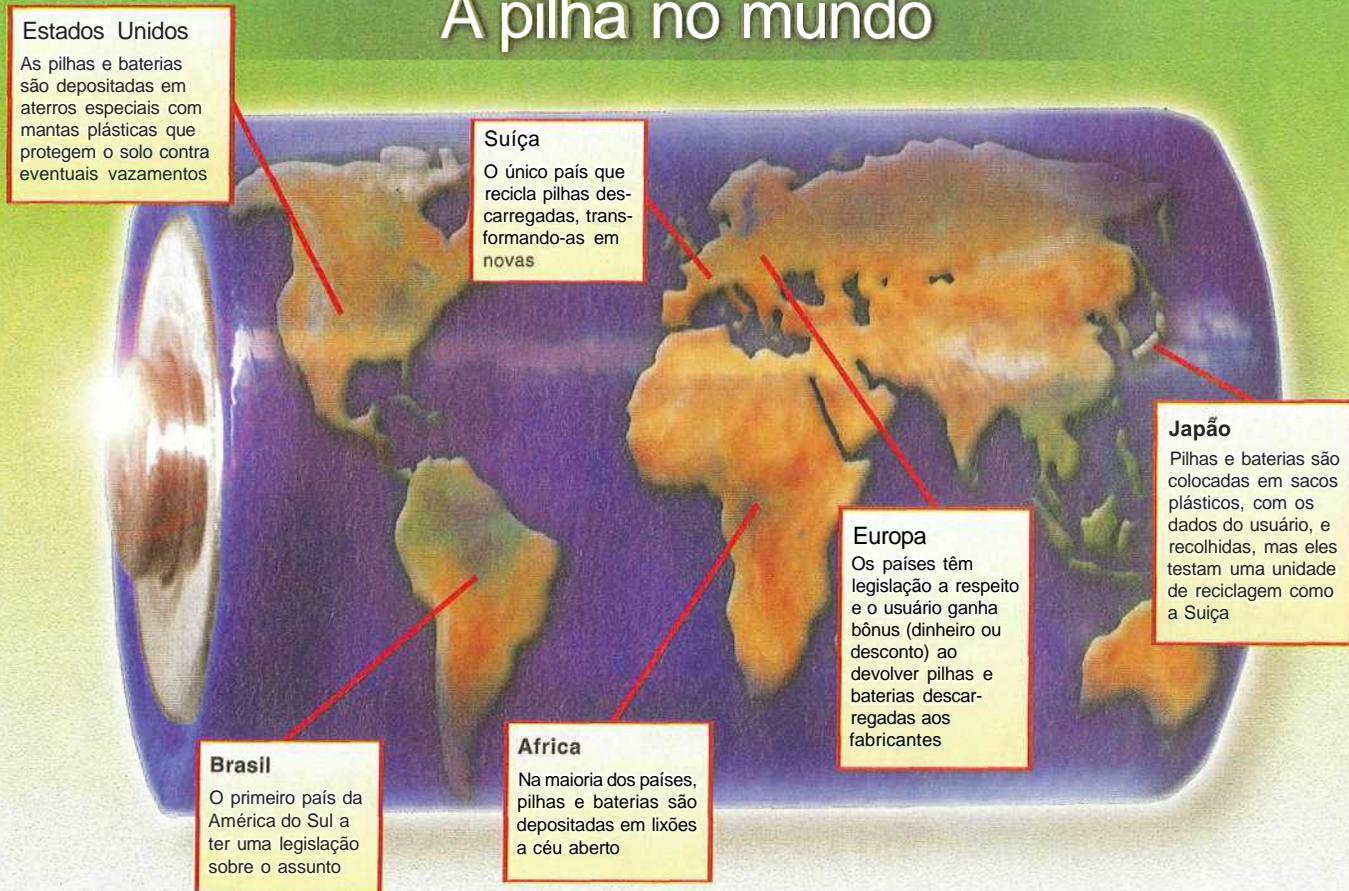
As pilhas e baterias que contivessem mercúrio, cádmio e chumbo em sua composição deveriam, desde junho de 2000, vir com informações claras para os consumidores, com advertências sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente e endereço para devolução. Até o momento somente as pilhas alcalinas de uso doméstico contêm recomendação para não serem guardadas em casa ou jogadas no fogo, pois podem explodir. Mas em letras tão miúdas que é necessário lupa para lê-las. Outros perigos são omitidos, como a possibilidade de explosão se as pilhas forem colocadas nas lixeiras urbanas, sob o calor do sol e em contato com os gases da decomposição do lixo orgânico. Aliás, a falta de coleta seletiva de lixo nos grandes centros urbanos é outra causa da desorientação do consumidor. Quanto às baterias de celular, algumas operadoras têm caixa de coleta em suas lojas próprias, mas não fazem campanha informativa. E os fabricantes não escrevem um "a" sobre o assunto no verso do produto. Nem em inglês, língua oficial das baterias, muito menos em português.

Pela lei, cabe aos fabricantes implantar mecanismos operacionais para coleta, transporte e armazenamento das pilhas e baterias e também a criação de sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final desse lixo perigoso, que deviam estar funcionando desde junho de 2001. As punições previstas na lei (interdição da fábrica, pagamento de multas, prestação de serviços à comunidade) também já deveriam estar sendo praticadas, e não o foram, por falta de fiscalização.

*Baterias de celulares devem ser devolvidas às operadoras*



# A pilha no mundo



## Sem fiscalização, punição e muito menos informação

Zilda Veloso admite que o Ibama não tem tradição para fiscalizar esse tipo de lei ambiental, nem técnicos adequados para tal missão. Ela disse que está preparando um corpo de fiscais para agir a partir deste ano, fiscalizando fabricantes e importadores. Mas já sabe que vai deparar com um problema de difícil solução: a importação ilegal desses produtos e a falta de conscientização dos consumidores.

"Temos hoje um mercado paralelo de fabricantes e importadores de pilhas e baterias de difícil acesso. Somente o consumidor pode acabar com esse mercado, consumindo esses produtos da mesma forma que consomem iogurte: olhando a marca, a composição, o prazo de validade e, principalmente, escolhendo aqueles que possam ser recarregados ou que não tenham alto teor de cádmio, mercúrio ou chumbo em sua composição".

Mas o consumidor está informado sobre isso? Os vendedores também? Não, ninguém está. Tente devolver uma pilha ou uma bateria de celular na mesma loja onde você adquiriu o produto e você vai ver o que acontece: o vendedor põe no lixo na hora. Algumas empresas de telefone colocaram urnas para coleta das baterias em suas lojas. Mas como a revenda de celulares é praticamente toda terceirizada, a coleta ainda está longe de se equiparar ao número de baterias comercializadas no país.

Nos "sites" das empresas fabricantes de celulares, não há nenhuma informação sobre reciclagem de baterias. A Motorola informa que vai mandar as baterias para serem recicladas na Suíça, mas que ainda não recebeu volume suficiente para compensar o envio. As outras marcas nem tocam no assunto. Mas as baterias velhas estão aí, misturadas ao lixo doméstico, que também

não tem coleta seletiva no país. Ou voltando ao mercado via camelos.

Uma prova é a empresa de fundo de quintal chamada SOS Baterias, com sede em Cuiabá. Seu proprietário, Carlos Ribeiro, afirma que sua empresa é a única do país a reciclar baterias. Mas na verdade, ele não recicla. Apenas troca os componentes internos e vende as caixas de plástico para cooperativas de catadores. Os componentes trocados vão para uma empresa chamada Suzaquim, em Suzano, São Paulo. Essa empresa retira os metais pesados e os transforma em pigmentos para tintas e cerâmicas. Parece que ela também é a única

no país a fazer isso. Perto do que se consome no país, é uma gota d'água no oceano de lixo tóxico lançado na natureza. Sobra para os consumidores ficarem atentos na hora de comprar e descartar. Só assim farão pressão para que a lei seja cumprida ao pé da letra.

O Ibama não consegue fiscalizar o descarte incorreto desse tipo de lixo

# FAZ DE CONTA

VAMOS BRINCAR DE POLÍCIA E BANDIDO?  
EU SOU O POLICIAL E VOU TE PROCURAR!..

LEGAL...



... E EU SOU DO **CRIME ORGANIZADO!!!**

OPS!



ENTÃO EU SÓ **FINJO** QUE TE PROCURO, OK ??!

COMBINADO!.



Se você estiver no Brasil e precisar  
fazer um seguro, consulte-nos.  
Estamos sempre por perto.



FENAE - Filiais  
N - Representações

Ao longo dos 28 anos de sua história, a FENAE Corretora desenvolveu produtos e serviços que a credenciam a operar em todos os ramos de seguros, com seriedade e competência.

Aliando experiência à modernidade, a FENAE Corretora de Seguros é uma

empresa que trabalha com as mais atualizadas ferramentas, que possibilitam atender seus clientes de maneira diferenciada, de acordo com suas características e necessidades. Por isso, quando precisar de assessoria em seguros, conte sempre com a FENAE Corretora de Seguros.

# FENAE

CORRETORA DE SEGUROS

Visite nossa Home Page: [www.fenaeseg.com.br](http://www.fenaeseg.com.br)



# FENAE TUR

## Sua viagem na melhor companhia

### PORTO SEGURO HOTEL MAIRYPORÃ

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte.....	598,00
Brasília.....	801,00
Goiânia.....	727,00
Rio de Janeiro.....	673,00
São Paulo.....	737,00
Belém.....	1.080,00
Recife.....	717,00
São Luiz.....	1.069,00
Salvador.....	504,00
Manaus.....	1.144,00

### MACEIÓ HOTEL TAMBAQUI

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte.....	881,00
Brasília.....	881,00
Goiânia.....	918,00
Rio de Janeiro.....	925,00
São Paulo.....	974,00
Belém.....	980,00
Recife.....	638,00
São Luiz.....	887,00
Salvador.....	576,00
Manaus.....	1.231,00

### SERRAS GAÚCHAS POUSADA GRAMADO

Saída de:	- Valor R\$
Belo Horizonte.....	1.001,00
Brasília.....	1.098,00
Goiânia.....	1.091,00
Rio de Janeiro.....	968,00
Belém.....	1.408,00
Recife.....	1.334,00
São Luiz.....	1.404,00
Salvador.....	1.205,00
Manaus.....	1.457,00

### PORTO DE GALINHAS HOTEL MARUPIARA

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte.....	1.084,00
Brasília.....	1.083,00
Goiânia.....	1.129,00
Rio de Janeiro.....	1.125,00
São Paulo.....	1.199,00
Belém.....	1.105,00
São Luiz.....	996,00
Salvador.....	802,00
Manaus.....	1.363,00

### FORTALEZA HOTEL DELPHIA NEW LIFE

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte.....	1.051,00
Brasília.....	928,00
Goiânia.....	959,00
Rio de Janeiro.....	1.095,00
São Paulo.....	1.097,00
Belém.....	780,00
Recife.....	730,00
São Luiz.....	637,00
Salvador.....	834,00
Manaus.....	1.077,00

### NATAL HOTEL MIRAMAR

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte.....	971,00
Brasília.....	986,00
Goiânia.....	1.016,00
Rio de Janeiro.....	1.012,00
São Paulo.....	1.069,00
Belém.....	902,00
Recife.....	487,00
São Luiz.....	783,00
Salvador.....	723,00
Manaus.....	1.166,00

### SALVADOR HOTEL SOL BAHIA ATLÂNTICO

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte.....	944,00
Brasília.....	977,00
Goiânia.....	1.027,00
Rio de Janeiro.....	1.015,00
São Paulo.....	1.113,00
Belém.....	1.291,00
Recife.....	851,00
São Luiz.....	998,00
Manaus.....	1.398,00



### Os pacotes incluem:

Passagem ida/volta voando VASP,  
07noites de hospedagem com café,  
traslados aeroporto /hotel/ aeroporto,  
city tour, 1 passeio e bolsa de viagem.

fé Os preços são por pessoa em ap  
duplo categoria Standard, válidos para  
saídas de Março a Junho/2002

fé Preços sujeitos a reajuste sem  
prévio aviso e não válidos para  
congressos e feriados.

**FENAE TUR - END: SHS QD 01 GAL.  
HOTEL NACIONAL LOJA 46/47  
FONE: 61-321-4460 OU 61-321-4830  
TOLL FREE: 0800-614050  
Email: fenaetur@fenaetur.org.br**